

Rede Energia S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Rede Energia S.A - Em Recuperação Judicial ("Rede Energia" ou "Companhia"), é Companhia Aberta registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 16 de outubro de 1969, com ações negociadas na BM&FBovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O objetivo social da Companhia é a participação no capital de outras empresas, tendo como base a atividade de distribuição e geração de energia elétrica, bem como outras atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

As controladas possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de distribuição, geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As controladas Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina (São Paulo) e Companhia Força e Luz do Oeste (Paraná), manifestaram, em junho de 2012, o interesse na prorrogação dos Contratos de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Os pedidos foram reiterados em outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como os prazos das concessões vencerão em julho de 2015, e até o momento não tomamos conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados, foi agendada uma reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que estes pedidos de prorrogação sejam aprovados pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. Por ora, a Companhia aguarda a manifestação do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 12, 13, 17, 31 e 40, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Rede Energia através de sua controlada de geração de energia elétrica Tangará Energia S/A, que é detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Guaporé (UHE Guaporé) localizada nos municípios de Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de Produtora Independente de Energia nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000 - ANEEL com capacidade instalada de 120 MW.

As obrigações previstas na concessão da ANEEL para exploração da geração de energia, é como segue:

I - Implantar e operar a UHE;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da UHE em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração da UHE;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas;

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário; e

VIII - Ao final do prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado, as instalações e os bens vinculados à produção de energia elétrica hidráulica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica anteriormente era realizado pela controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial, desde 27 de novembro de 2012, teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 ("Resolução Autorizativa nº 3.759"), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada Rede de Eletricidade e Serviços S.A., presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, serviços de call center e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Capital Circulante:

A Rede Energia apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$530.595 na controladora, acrescido, principalmente pelo vencimento da dívida com partes relacionadas no curto prazo. Conforme Fato Relevante de 20 de novembro de 2014, a Companhia assinou contrato de venda de seu ativo de geração com São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R\$229.000 mais determinados ajustes normais e em operações dessa natureza. Estima-se que as condições precedentes previstas nos contratos estejam cumpridas e a liquidação desta alienação ocorra ainda neste primeiro quadrimestre de 2015 além dos fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de negociação com a controladora para alongamento das dívidas de curto prazo, irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

Intervenção Administrativa - ANEEL

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat); Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social da Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - Celtins); Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - Enersul); Companhia de Força e Luz do Oeste ("CFLO"), Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("Caiuá"), Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. ("EDEV") e Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE").

A intervenção foi decretada pelo prazo de 01 (um) ano, tendo sido prorrogada em 20 de agosto de 2013, por mais 2 (dois) anos.

Em razão de seu significativo endividamento financeiro à época, a Companhia ingressou com pedido de recuperação judicial, junto com outras empresas do Grupo Rede, o qual foi deferido em 19 de dezembro de 2012. Em 11 de julho de 2013, foi firmado entre a Energisa S.A. ("Energisa") e o então acionista controlador do Grupo Rede um Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Compromisso"), que, mediante o cumprimento de algumas condições precedentes previstas, previa a aquisição do controle acionário das sociedades do Grupo Rede, em consonância com o Plano de Recuperação Judicial votado na Assembleia Geral de Credores, realizada em São Paulo, 5 de julho de 2013.

Transferência de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, Energisa Mato Grosso ("EMT") e Energisa Mato Grosso do Sul ("EMS"), juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informaram aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a

transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica. As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A e na Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO"), Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ Participações S.A ("JQMJ"), BBPM Participações S.A ("BBPM"), Denerge e Rede Energia no valor total de R\$1.295.356, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação que vise solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/12 mencionadas acima, a Rede Energia, na qualidade de acionista controladora das Companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro de 2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria companhia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as Companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Companhia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa nº 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A.. Em 08 de abril de 2014 a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que nesta data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A.

1.2. Recuperação Judicial - Companhia

Em 26 de novembro de 2012, a Companhia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Nessa mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S.A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge"), sociedades relacionadas à Companhia.

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Companhia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da Companhia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Companhia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013.

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (*Chapter 15*), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial está sendo estritamente cumprido.

De toda forma, atualmente ainda está pendente o julgamento de dois recursos apresentados por credores estrangeiros: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo.

1.3. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a Companhia divulgou fato relevante, informando que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A. ("JQMJ"), BBPM Participações S.A. ("BBPM"), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Companhia e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa comprometia-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

1.4. Plano de recuperação judicial - pagamento credores

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUA), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A controladora Energisa já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, posteriormente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento dos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

- Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*.
- Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
- Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

- Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
- Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes a Opção C será pago pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, com juros de 12,5% a.a., incidentes a partir da data de pagamento da cessão; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a formula ao crédito a título de multo após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	1.743.157	-	573.349	2.316.506
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%) (2)	429.200	-	65.792	494.992
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos com juros de 1%	456.182	102.410	97.754	656.346
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	-	-	50	50
Valores a pagar pelas recuperandas a credores - multa 95%	-	-	62.574	62.574
Passivo Assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial	885.382	102.410	226.170	1.213.962
Atualização (1)	82.065	17.884	28.669	128.618
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	-	(87.097)	(493.680)
Descontos (1)	-	-	(59.444)	(59.444)
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(120.294)	(69.362)	(622.013)
Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	128.507	-	38.936	167.443

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício da controladora e consolidado (vide nota explicativa nº 33).

(2) Aquisição de créditos realizados pela Energisa S.A os quais serão ressarcidos pela Companhia acrescido de juros de 12% ao ano..

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos dos seus créditos - opções A e B, que segue: (i) o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total do crédito não reestruturado, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, será pago em parcela única, em até 1 (um) ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento da cessão do crédito; (ii) o valor remanescente, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total do crédito, será pago ao fim do prazo de 22 (vinte e dois) anos, em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Companhia cerca de R\$26.781 e pela Energisa de R\$494.992. Em setembro de 2014, a dívida da controlada Tangará com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579, foi liquidada.

1.5. Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Rede Energia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação, 11 de abril de 2014, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R).

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais da Rede Energia, foi considerado a Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo, nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controladas. Sendo assim as demonstrações financeiras individuais (controladora) da Rede Energia refletem ativos e passivos das subsidiárias, mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), consequentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais da controlada e consolidado possuem o mesmo valor.

Segue os saldos reintegrados das demonstrações financeiras das controladas distribuidoras de energia elétrica em 11 de abril de 2014.

a) Ativos e passivos:

	ETO	EMT	EMS	Empresas Sul Sudeste (*)	Total
Ativo					
Ativo circulante	179.413	622.468	494.531	347.572	1.643.984
Ativo não circulante	899.318	1.436.256	644.296	1.032.663	4.012.533
. Investimentos	-	6.393	687	558	7638
. Intangível	505.432	2.629.507	1.760.216	183.271	5.078.426
Total do ativo não circulante	1.404.750	4.072.156	2.405.199	1.216.492	9.098.597
Total do ativo	1.584.163	4.694.624	2.899.730	1.564.064	10.742.581
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo circulante	469.789	1.784.513	610.582	901.948	3.766.832
Passivo não circulante					
. Impostos a recolher	179.121	363.036	324.616	77.677	944.450
. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	81.362	249.084	191.213	40.206	561.865
. Outros	220.299	890.626	532.890	369.312	2.013.127
Total do passivo não circulante	480.782	1.502.746	1.048.719	487.195	3.519.442
Patrimônio Líquido	633.592	1.407.365	1.240.429	174.921	3.456.307
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.584.163	4.694.624	2.899.730	1.564.064	10.742.581

(*) Inclui as controladas EDEVP, EBB, CAIUÁ, CNEE e CFLO.

b) Informações dos resultados:

Empresas	Ramo de atividade	Receita operacional de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014	Resultado referente ao período de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014
Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica (*):			
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição de energia	269.476	12.458
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	2.089.114	22.173
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	608.896	21.113
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição de energia	67.689	(2.874)
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição de energia	141.292	13.814
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição de energia	212.930	5.326
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição de energia	187.260	3.865
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	1.303.171	57.815

(*) Os resultados das controladas foram apurados a partir de 11 de abril de 2014, data em que se iniciou a consolidação das Companhias.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamento e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas estão apresentadas abaixo:

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões (BD e PS), prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 37.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;
- IAS 27/CPC 35 - alteração na norma para a inclusão da opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, "join ventures" e associadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração do IAS 27 tem adoção obrigatória para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. Para refletir tais alterações efetuadas pelo IASB, os pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, foram revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e esta revisão aprovada pela CVM em dezembro de 2014. Cabe ressaltar que

tais alterações nos referidos pronunciamentos contábeis não produziram nenhum efeito nas demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, considerando que no Brasil essa prática já era utilizada por determinação da legislação societária vigente.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.”

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 37.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativos regulatórios, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

- c. Clientes, consumidores e concessionárias - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, as controladas distribuidoras de energia elétrica, desde o exercício de 2012 registraram como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 17.

- g. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- h. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Combinação de negócios - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (goodwill) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração. (vide nota explicativa nº 19);
- j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 20).

- k. Arrendamento mercantil - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira.

- l. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas.
- m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- n. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de

perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- p. Derivativos - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37;
- q. Imposto de renda e contribuição social - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as

empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015. A Companhia e suas controladas não apuraram impactos relevantes em suas demonstrações de 2014.

- r. Incentivos fiscais SUDAM - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 16);
- s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- v. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos;
- w. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;
- x. Ativos disponíveis para venda - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos

estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos disponíveis para venda para o ativos e passivos circulantes e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício;

- y. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- z. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2014	2013
Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica (*):			
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	91,45	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69	98,68
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,70	97,70
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	71,42	50,86
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	57,67	39,92
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	63,11	60,16
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100,00	100,00
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100,00	100,00
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial	Comerc. Energia	99,91	99,60
Demais empresas:			
Tangará Energia S.A.	Geração	100,00	100,00
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,98	99,98
QMRA Participações S.A. - em Recuperação Judicial	Holding	100,00	100,00
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	Serviços	99,50	99,50
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	Agrícola	100,00	60,48
Companhia Geral	Serviços	63,97	63,97
Participação indireta (*) :			
Energisa Mato Grosso do Sul	Distribuição (a)	36,83	39,77

(*) controladas incluídas no balanço consolidado a partir de 11 de abril de 2014.

(a) A Companhia deixou de ter o controle das decisões econômicas e operacionais das controladas distribuidoras de energia elétrica, contudo, manteve preservados os direitos as suas respectivas participações acionárias majoritárias, por consequência deixou de consolidar as controladas, a partir de 01 de setembro de 2012, entretanto a administração decidiu reapresentar as demonstrações financeiras consolidadas, referente aos exercícios de 2013 e 2012 objetivando demonstrar a posição financeira e patrimonial da Companhia desde aquela data.

A esse respeito os itens 25 e 26 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (Deliberação CVM 668, de 9/8/2011), trazem as seguintes redações:

“A controladora pode perder o controle sobre uma controlada com ou sem uma mudança no nível de propriedade absoluta ou relativa. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando a controlada torna-se sujeita ao controle de governo, tribunal, administrador ou órgão regulador. A perda de controle também pode ocorrer com o resultado de acordo contratual”.

“Desreconhecer os ativos (incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill*) e os passivos da controlada pelos seus valores contábeis na data em que o controle for perdido;”

“Desreconhecer o valor contábil de qualquer participação de não controladores na ex-controlada, na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e atribuíveis aos não controladores).”

Em atendimento ao item 20 do CPC 18 (R2) - Investimento em coligada e em controlada (Deliberação CVM nº 696 de 13/12/2012), em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica que se encontravam sob intervenção do Poder Concedente, foi determinante que a Companhia reclassifica-se naquela data, seus investimentos para a rubrica Ativos financeiros - investimentos classificados como disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - item 20, a Administração da Companhia à época concluiu que as demonstrações financeiras apresentavam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa, e que também aplicou os Procedimentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC, exceto o CPC 36 (R3) que trata de Demonstrações Financeiras Consolidadas. A opção por desconsolidar as controladas não sujeitas a intervenção se deu em virtude da utilidade restrita que a consolidação delas poderia trazer em benefício à maior compreensibilidade pelos stakeholders da situação patrimonial e financeira da Companhia, em face a não representatividade dos valores para possível tomada de decisão. A Companhia reviu sua posição e está reapresentando suas demonstrações financeiras consolidadas para fins de comparabilidade.

Em razão da decretação do fim da intervenção nas concessionárias pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622 publicada em 10 de abril de 2014, a Companhia passou a ter o controle das decisões econômicas e operacionais dessas controladas, e a partir de 11 de abril de 2014 passou a consolidar e divulgar as demonstrações Financeiras Consolidadas, conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 2.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

As controladas não sujeitas a intervenção administrativa do Órgão Regulador permaneceram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao

segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

Informações sobre segmentos

Período findo em 2014 e 2013					
	Distribuição (*)	Comercialização	Serviços	2014	2013
Receitas Externas	4.887.559	-	1.856	4.889.415	13.406
Receitas Intersegmentos	-	-	8.260	8.260	-
Total	4.887.559	-	10.116	4.897.675	13.406
Receitas Financeiras	336.007	600.585	996.225	1.932.817	296.696
Despesas Financeiras	(646.145)	18.868	555.781	(71.496)	(422.930)
Total	(310.138)	619.453	1.552.006	1.861.321	(126.234)
Depreciação e amortização	430.418	17	456	430.891	14.745
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	243.147	617.884	1.518.801	2.379.832	(160.569)

(*) Resultados apurados a partir de 11 de abril de 2014.

	Distribuição	Comercialização	Serviços	2014	2013
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.586.827	102.756	307.636	11.997.219	3.146.380
Ativo circulante	3.409.158	3.872	90.347	3.503.377	193.702
Ativo não circulante	8.177.669	98.884	217.289	8.493.842	2.952.678
Passivos dos segmentos divulgáveis	7.226.766	284.088	1.521.539	9.032.393	3.800.999
Passivo circulante	2.136.389	33.123	230.746	2.400.258	1.547.784
Passivo não circulante	5.090.377	250.965	1.290.793	6.632.135	2.253.215

Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2014	2013
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	4.897.675	13.406
Eliminação de receitas intersegmentos	(8.260)	
Receita líquida consolidada	4.889.415	13.406
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	430.891	14.745
Depreciação e amortização consolidada	430.891	14.745
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	1.932.817	296.696
Eliminação de receitas intersegmentos	766.182	(825)
Receita financeira consolidada	2.698.999	295.871
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(71.496)	(422.930)
Eliminação de receitas intersegmentos	(766.182)	825
Despesa financeira consolidada	(837.678)	(422.105)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos reportáveis	2.379.832	(160.569)
Lucro antes dos impostos	2.379.832	(160.569)

	2014	2013
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	11.997.219	3.146.380
Outros valores não alocados	(81.431)	(358.235)
Total Ativo consolidado	11.915.788	2.788.145
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	9.032.393	3.800.999
Outros valores não alocados	(81.431)	(358.235)
Total passivo consolidado	8.950.962	3.442.764

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
Bradesco	CDB Automático	30/12/2015	20% do CDI	-	-	4.961	38.823
CEF	CDB	30/12/2016 a 22/08/2019	100,0% a 100,5% do CDI	-	-	81.753	-
CEF	Compromissada	30/12/2016 a 29/12/2017	101,5% do CDI	-	-	102.554	-
Itaú	CDB automático	30/12/2015	20% do CDI	-	3.263	7.044	12.107
Santander (2)	Debentures	08/01/2016 a 12/12/2016	103,20% do CDI	3.744	-	77.603	-
				<u>3.744</u>	<u>3.263</u>	<u>273.915</u>	<u>50.930</u>
Caixa e bancos				<u>1.328</u>	<u>644</u>	<u>82.680</u>	<u>1.428</u>
Total caixa e equivalente de caixa				<u>5.072</u>	<u>3.907</u>	<u>356.595</u>	<u>52.358</u>

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora	Consolidado
				2014	2014
		23/03/2015			
Bradesco	CDB	a	70% a 95,0% do CDI	-	1.392
		20/03/2017			
Bradesco	Fundo de Investimento	-	CDI	-	36.544
		08/03/2016			
Banco do Brasil	CDB	a	95,0% a 100,0% do CDI	-	25.005
		09/08/2019			
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	CDI	-	136.769
BVA	CDB	05/11/2015	70% a 103,2% do CDI	-	4
CEF	CDB	04/09/2019	100,5% do CDI	-	16.936
CEF	Deposito caução c/c	-	-	-	10
CEF	CDB	18/01/2018	100% do CDI	-	550
Itaú	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	-	38.479
		21/10/2015			
Itaú	CDB	a	90,0% a 100% do CDI	-	936
		13/04/2016			
Itaú (2)	Debentures	30/09/2016	100% do CDI	-	40
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	CDI	51	51
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	CDI	-	2.801
		02/03/2016			
Itaú (2)	Debentures	a	75,00% a 101,0% do CDI	-	9
		23/05/2016			
Modal	CCB	29/04/2016	IPCA + 2% a.m	-	37.484
		24/02/2015			
Safra	CDB	a	101,00% do CDI	-	17
		27/03/2015			
Safra	CDB Automático	31/12/2014	10,00% do CDI	-	8
Santander	CDB	30/12/2016	102,10% do CDI	-	8
Votorantin	CDB	-	90,0% do CDI	-	8
CEF	LFT	01/03/2018	SELIC	-	2.626
Caixa FI Energisa (3)	NTNB	15/05/2045	IPCA	-	4.961
Caixa FI Energisa (3)	Debentures	15/04/2016	122,11% do CDI	-	3.713
		22/06/2015			
Caixa FI Energisa (3)	DPGE	a	109,0% a 113,0% do CDI e IPCA + 5,7%	-	38.990
		18/04/2016			
		27/04/2015			
Caixa FI Energisa (3)	LF	a	IPCA + 5,7% 106,0% a 109,0% do CDI	-	38.640
		25/04/2016			
Caixa FI Energisa (3)	LNT	01/07/2018	Título Publico	-	3.662
		28/01/2015			
FIM Zona da Mata (3)	CDB	a	100,5% a 115,0% do CDI	-	63.283
		31/07/2019			
FIM Zona da Mata (3)	Debentures	15/07/2019	IPCA + 9,23%	-	13.381
		24/08/2015			
FIM Zona da Mata (3)	Compromissada	a	100,5% a 103,2% do CDI	-	158.047
		14/11/2016			
		10/07/2015			
FIM Zona da Mata (3)	DPGE	a	107,5% a 113% do CDI	-	46.529
		21/12/2015			
		04/05/2015			
FIM Zona da Mata (3)	LF	a	105,5% a 114,0% do CDI	-	64.451
		24/05/2021			
FIM Zona da Mata (3)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	-	26.785
FIM Zona da Mata (3)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	-	50.687
FIM Zona da Mata (3)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	-	113.471
		07/09/2015			
FIM Zona da Mata (3)	LFT	a	SELIC	-	25.098
		01/03/2020			
		15/08/2016			
FIM Zona da Mata (3)	NTN	a	IPCA e IGPM	-	2.543
		01/07/2017			
FIM Zona da Mata (3)	Fundos de credito	-	Fundos de credito	-	19.636
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante				51	973.554

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Classes de Consumo	Consolidado							
	Saldo Vencidos (1)	Vencidos					Total	
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2014	2013
Residencial	131.737	90.092	17.082	6.462	4.875	12.844	263.092	-
Industrial	69.405	16.761	2.400	2.147	1.334	14.176	106.223	-
Comercial	88.552	29.898	5.218	3.360	3.156	12.824	143.008	-
Rural	32.347	11.088	3.930	1.852	880	1.764	51.861	-
Poder público:								
Federal	6.811	2.943	921	41	39	76	10.831	-
Estadual	12.856	3.262	1.099	65	2	48	17.332	-
Municipal	10.863	3.784	1.260	357	54	10.312	26.630	-
Iluminação pública	7.267	2.056	300	77	53	15.591	25.344	-
Serviço público	15.377	2.296	1.664	2.321	3.897	76.671	102.226	-
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	115.366	4.887	4.316	2.752	12.267	109.246	248.834	-
Ajuste Valor Presente (AVP) (2)	(11.223)	-	-	-	-	-	(11.223)	-
Subtotal - clientes	479.358	167.067	38.190	19.434	26.557	253.552	984.158	-
Concessionárias (3)	61.515	-	-	-	-	2.708	64.223	-
Fornecimento não faturado	267.970	-	-	-	-	-	267.970	-
Redução de uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	12.201	-
Outros	71.216	5.739	1.657	999	2.418	29.107	111.136	7.521
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.782)	(732)	(11.772)	(10.734)	(17.141)	(282.432)	(349.593)	-
Total	865.478	172.074	28.075	9.699	11.834	2.935	1.090.095	7.521
Circulante							967.691	7.153
Não Circulante							122.404	368

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de clientes, consumidores e concessionárias no consolidado, em 31 de dezembro de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$63.491, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$58.861 e R\$ 5.611 de encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014
Créditos a vencer	61.515
Créditos vinculados a liminares	1.976
	63.491
(-) Aquisições de energia na CCEE	(58.861)
(-) Encargos de serviços do sistema	(5.611)
	(981)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida de outros passivos no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Títulos de créditos a receber (a)	845	6.925	41.602	18.298
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (b)	-	-	50.258	-
Ajuste a valor presente	-	-	(22.632)	(1.871)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	-	(44.660)	(16.427)
	845	6.925	24.568	-
Circulante	845	6.925	8.210	-
Não circulante	-	-	16.358	-

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

- (a) Inclui valores devidos por Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, referentes a faturas de energia elétrica pendentes de pagamento. Os referidos Municípios possuíam precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001 e os cederam a controlada EMS, entre os anos de 2005 e 2006, para quitar as faturas. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório.
- (b) Correspondem a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada contra o Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT.

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado
Títulos vencidos	21.400
2015	17.344
2016	9.371
2017	9.588
2018	9.781
Após 2018	1.744
Total	69.228

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldos iniciais - 2013 e 2012	9.134	3.626
Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	429.433	-
Provisão constituída no período	-	5.508
Reversão constituída no período	(44.314)	
Saldo - final - 2014	394.253	9.134
Clientes, consumidores e concessionárias	349.593	-
Títulos de créditos a receber	44.660	9.134

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	9.818	7.614	-	7.614
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	5.012	1.799	-	1.798
Empresa Elétrica Bragantina S/A	6.395	-	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	12.575	-	-	-
Companhia de Força e Luz do Oeste - CFLO	1.221	2.766	-	2.766
Emp. De Distrib. de Energia Vale Paranapanema S/A	-	6.481	-	6.481
Rede Serviços S/A	4.027	3.792	-	-
Rede Power S/A	2.924	-	-	38.272
Total - Circulante	<u>41.972</u>	<u>22.452</u>	<u>-</u>	<u>56.931</u>

Os dividendos apresentados em 2013 no consolidado, refere-se aos valores pendentes de recebimentos que por terem sido os ativos e passivos consolidados naquele exercício, estão evidenciados nesta rubrica.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	117.883	968
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	2.707	-	5.823	-
Imposto de Renda - IRPJ	17.267	35.569	97.869	43.591
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	2.523	2.523	28.435	3.387
PIS e COFINS	4.858	4.815	26.952	12.638
Outros	-	13	8.474	2.672
	<u>27.355</u>	<u>42.920</u>	<u>285.436</u>	<u>63.256</u>
Circulante	24.832	40.397	169.937	59.939
Não circulante	2.523	2.523	115.499	3.317

12 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.704, de 07/04/2014	11,89%	08/04/2014
ETO	Resolução 1.760, de 03/07/2014	10,84%	04/07/2014
SEM	Resolução 1.725, de 06/05/2014	11,20%	08/04/2014
CNEE	Resolução 1.727, de 06/05/2014	16,86%	10/05/2014
CAIUÁ	Resolução 1.728, de 06/05/2014	14,15%	10/05/2014
EDEVP	Resolução 1.726, de 06/05/2014	19,66%	10/05/2014
EEB	Resolução 1.729, de 06/05/2014	14,78%	10/05/2014
CFLO	Resolução 1.765, de 22/07/2014	31,96%	29/06/2014

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada quatro anos na ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO e a cada cinco anos na EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	-0,04%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

13 Ativos e passivos regulatórios - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios - Consolidado	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	459.084
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	67.396
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	8.557
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.664
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.613
Componentes financeiros	
Sobrecontratação de energia (ii)	41.996
Itens financeiros	11.439
Total Ativo Regulatório	594.749
Circulante	159.552
Não Circulante	435.197

Passivos regulatórios - Consolidado	2014
Parcela A	
Encargo de serviços de sistema - ESS (c)	220.133
Componentes financeiros	
Sobrecontratação	176.988
Itens Financeiros	31.428
Total Passivo Regulatório	428.549
Circulante	76.758
Não Circulante	351.791
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	428.549

Efeito na demonstração do resultado - Consolidado	2014
Receita operacional	164.347
Outras receitas financeiras	1.853
Total Resultado	166.200

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivos aos contratos de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

14 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Baixa renda (1)	-	-	21.172	-
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	56.393	-
Ordens de desativação em curso	-	-	7.170	-
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	13.419	916
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.450	-
Adiantamentos	109	1.827	13.932	1.926
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	167.915	-
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	-
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	-
Outros créditos a receber -CELPA - em 'Recuperação Judicial" (4)	2.926	-	31.856	-
ICMS - Aquisição de crédito de terceiros (5)	-	-	11.246	-
Sub rogação do CCC (6)	-	-	42.857	-
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	12	12	13.540	12
Aquisição de combustível para conta CCC	-	-	12.663	-
Ativos mantidos para venda	-	-	4.597	-
Padrão de Energia	-	-	4.969	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	6.538	-
Crédito a receber Banco Pine	1.663	-	1.663	-
Outros	3.272	1.300	29.839	16.473
Total	7.982	3.139	442.219	19.327
Circulante	7.537	2.570	360.433	13.527
Não circulante	445	569	81.786	5.800

(1) Baixa renda - consolidado

	EMT	ETO	EMS	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUA	Total
Saldos Iniciais consolidado em 11/04/2014	5.734	3.242	5.537	627	299	332	246	1.438	17.455
Subvenção baixa renda	29.218	17.024	28.087	3.214	1.226	604	1.442	3.190	84.005
Ressarcimento Eletrobrás	(28.409)	(16.221)	(27.223)	(2.718)	(1.188)	(443)	(1.368)	(2.718)	(80.288)
Saldos -2014	<u>6.543</u>	<u>4.045</u>	<u>6.401</u>	<u>1.123</u>	<u>337</u>	<u>493</u>	<u>320</u>	<u>1.910</u>	<u>21.172</u>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMT	ETO	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	EMS	CAIUÁ	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	299.196	61.408	25.426	23.288	25.778	2.091	19.235	11.608	468.030
Ressarcimento pela Eletrobrás	(209.104)	(32.646)	(13.226)	(14.235)	(13.780)	(1.252)	(10.963)	(4.909)	(300.115)
Saldos - 2014	<u>90.092</u>	<u>28.762</u>	<u>12.200</u>	<u>9.053</u>	<u>11.998</u>	<u>839</u>	<u>8.272</u>	<u>6.699</u>	<u>167.915</u>

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos em aberto correspondem a subvenção incorrida nos meses de junho de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber da CDE no próximo trimestre.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente a receber.

(5) Crédito ICMS

Créditos de ICMS adquiridos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a controlada EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013 e R\$8.069 em 2014, totalizando R\$32.041;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio como segue:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber
					2014
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	32.041	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	1.215	31.039
Total		97.301	76.113	33.256	42.857
Total do Circulante					13.504
Total do Não circulante					29.353

15 Transações com partes relacionadas

A Companhia detém o controle acionário direto nas empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%), Denerge (11,79%) e Energisa (14,95%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM é controlada pela Energisa (89,57%) e JQMJ (10,38%). A Energisa controla a JQMJ (99,95%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos (1):				
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A	-	-	2.655	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	86.882	-	74.254
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ	3.569	-	-	-
. Companhia Nacional de Energia Elétrica	-	-	-	66.393
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	-	-	24.633
. Centrais Elétricas Matogrossenses S.A	-	-	-	1.124
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	45.264	-	100.505	63.365
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ	19.351	-	-	-
. QMRA Participações S/A - RJ	716	-	-	-
. BBPM Participações S/A	-	2.560	-	-
. JQMJ Participações S/A	-	820	-	-
. Energisa S/A	-	7.560	-	-
. Energisa S/A - RJ	-	474.541	-	-
. Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	105.030	-	184.660
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	41.497	-	401.115	99.595
. Rede Eletricidade e Serviços S/A	-	1.639	10	5.334
. Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A	-	19.806	-	11.277
. Acceptor Consultoria e Corretagem de seguros	-	1.011	-	-
. Rede Power do Brasil S/A	-	993	10	48
. Tangará Energia S/A	-	-	-	48.372
	<u>110.397</u>	<u>700.842</u>	<u>504.295</u>	<u>579.055</u>
Circulante	-	474.541	-	-
Não Circulante	110.397	226.301	504.295	579.055
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (2):				
. Companhia Geral	434	-	417	-
. QMRA Participações S/A	3.896	-	3.896	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	3.066	-	-	-
. Rede Power do Brasil S/A	157.610	-	-	-
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A	22.590	-	-	-
	<u>187.596</u>	<u>-</u>	<u>4.313</u>	<u>-</u>
Total	<u>297.993</u>	<u>700.842</u>	<u>508.608</u>	<u>579.055</u>

(1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2014, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

(2) Refere-se a Adiantamento para futuro aumento de capital que não possui remuneração.

Consolidado:

Saldos dos ativos:

		Rede Energia	CTCE	Rede Serviços	2014	2013
CAIUÁ	Mútuo (3)	-	-	-	-	2.655
Estado de Tocantins	créditos a receber (4)	106.328	-	-	106.328	-
Denerge	Mútuo (3)	64.615	-	9.525	74.140	108.239
Enersul	Mútuo (3)	-	-	-	-	13.345
EEVP	Mutuo (3)	41.496	8	4.472	45.976	402.100
		212.439	8	13.997	226.444	526.339

(3) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2014, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

(4) Créditos a receber:

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A controlada encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R\$88.045, em 31/12/2014, considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram

depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos. Nossos consultores jurídicos estimam a causa como prováveis chance de êxito.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$18.283. Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Saldos dos passivos:

		Rede Energia	CTCE	QMRA	REDE POWER	CIA GERAL	Rede Serviços	2014	2013
Acceptor	Mútuo	1.011	-	-	-	-	-	1.011	-
JQMJ	Mútuo	820	-	-	-	-	-	820	-
BBPM	Mútuo	2.560	3.441	183	119	32	-	6.335	1.863
Energisa S.A.	Mútuo	7.560	-	-	-	-	-	7.560	-
Energisa S.A. - RJ	Recuperação Judicial	474.541	72.252	-	-	-	-	546.793	-
Rede Peixe	Mútuo	-	-	-	-	-	360	360	3
EEVP		-	-	-	-	-	-	-	99.595
Energisa Tocantins		-	-	-	-	-	-	-	42.252
Energisa Mato Grosso		-	-	-	-	-	-	-	116.136
CNEE		-	-	-	-	-	-	-	82.058
CFLO		-	-	-	-	-	-	-	13.185
EDEVP		-	-	-	-	-	-	-	28.864
Energisa Mato Grosso do Sul		-	-	-	-	-	-	-	8.962
Denerge		-	-	-	-	-	-	-	63.365
EEB		-	-	-	-	-	-	-	184.660
		486.492	75.693	183	119	32	360	562.879	640.943
Circulante		474.541	72.252	-	-	-	-	546.793	-
Não Circulante		11.951	3.441	183	119	32	360	16.086	640.943

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas, referente a juros dos contratos de mútuos:

Controladas	Receitas /(-) Despesas financeira
Empresa Elétrica Bragantina S/A	(27.335)
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	(8.823)
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	(2.999)
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A	(2.114)
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	12.518
Tangará Energia S/A	8.251
Rede Eletricidade de Serviços S/A	(480)
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	(10.400)
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	12.062
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	89
Energisa S/A	(36.795)
2014	(56.026)
2013	(140)

Consolidado	Receitas /(-) Despesas financeira						2014	2013
		Rede Energia	EMS	CTCE	Redeserv			
Energisa S.A	Mútuo	(34.145)	(79)	(2.571)	-	(36.795)	-	-
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	Mútuo	12.062	-	-	-	12.062	(5.213)	
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Mútuo	(8.613)	-	-	(1.787)	(10.400)	(9.596)	
Total		(30.696)	(79)	(2.571)	(1.787)	(35.133)	(14.809)	

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e fiscal e estatutária foi de R\$155 e da Diretoria foi de R\$44 na controladora e R\$868 e R\$9.256 no consolidado, respectivamente. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$334 no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$58 na controladora e R\$2.107 no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R2 e R\$2 na controladora e R\$41 e R\$2 no consolidado. A remuneração média mensal no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$2 na controladora e R\$13 no consolidado.

16 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$589.768 (R\$517.115 em 2013), na controladora e R\$1.182.736 (R\$1.244.963 em 2013) no consolidado, em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Prejuízos fiscais	417.871	364.449	864.598	797.926
Base negativa da contribuição social	171.897	152.666	344.153	325.241
Diferenças temporárias	-	-	457.858	133.408
Créditos fiscais não reconhecidos - Instrução 371 - CVM	(589.768)	(517.115)	(1.182.736)	(1.244.963)
Total - ativo não circulante	-	-	483.873	11.612

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	(319.384)	(89.054)	(1.151.240)	(119.743)
Contribuição Social	(114.978)	(32.060)	(414.446)	(43.107)
Total - passivo não circulante	(434.362)	(121.114)	(1.565.686)	(162.850)
Totais passivos fiscais diferido Líquido	(434.362)	(121.114)	(1.081.813)	(151.238)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2014		2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	1.671.483	417.871	1.457.796	364.449
Base negativa da CSLL	1.909.971	171.897	1.696.284	152.666
Créditos Tributários não reconhecidos - Inst. 371 CVM -IRPJ	(1.671.483)	(417.871)	(1.457.796)	(364.449)
Créditos Tributários não reconhecidos - Inst. 371 CVM - CSLL	(1.909.971)	(171.897)	(1.696.284)	(152.666)
Totais	-	-	-	-

	Consolidado			
	2014		2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízo fiscal	3.458.390	864.598	3.191.705	797.926
Base negativa da CSLL	3.823.926	344.153	3.613.784	325.241
Créditos fiscais - ágio	146.041	49.654	175.803	59.773
Provisão ajuste atuarial	11.505	3.912	-	-
Provisões para riscos	538.671	183.148	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	385.119	130.940	1.785	607
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	179.719	61.104	-	-
Marcação a mercado - derivativos	-	-	214.789	73.028
Ajustes a valor presente	22.632	7.695	-	-
Outras adições (exclusões) temporárias	95.874	32.597	-	-
Créditos Tributários não reconhecidos - Instrução 371 CVM	(3.478.635)	(1.182.736)	(3.661.656)	(1.244.963)
Passivos regulatórios (CVA 'S)	(166.200)	(56.508)	-	-
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	133.281	45.316	-	-
Totais - ativo não circulante	5.150.323	483.873	3.536.210	11.612

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Consolidado
2015	61.898
2016	78.119
2017	53.042
2018	42.446
2019 a 2024	248.368
Total	483.873

	Controladora			
	2014		2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	(1.720.463)	(584.957)	-	-
Variação cambial diferida	-	-	204.582	69.558
Marcação a mercado - MTM SWAP	-	-	(608.877)	(207.018)
Deságio sobre investimento EMS	(104.587)	(35.560)	(104.587)	(35.560)
Prejuízo fiscal e base negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	547.515	186.155	152.665	51.906
Total passivo não circulante	(1.277.535)	(434.362)	(356.217)	(121.114)

	Consolidado			
	2014		2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	(2.439.985)	(829.595)	-	-
Mais Valia	(2.402.633)	(816.895)	-	-
Variação cambial diferida	-	-	204.582	69.558
Marcação a mercado - MTM SWAP	-	-	(608.877)	(207.018)
Deságio sobre investimento EMS	(188.939)	(64.239)	(188.938)	(64.239)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(275.157)	(93.553)	(46.032)	(15.651)
(-) Depreciação/baixa custo atribuído	-	-	7.631	2.595
Outras exclusões temporárias	(22.281)	(7.576)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	724.035	246.172	152.671	51.905
Total passivo não circulante	(4.604.960)	(1.565.686)	(478.963)	(162.850)
Totais passivo não circulante diferido líquido	(2.688.309)	(1.081.813)	(172.902)	(151.238)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes de impostos	2.140.916	2.140.916	(160.588)	(160.588)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	(850.341)	(850.341)	91.014	91.014
Realização de custo atribuído	-	-	-	-
Amortização de ágio	-	-	14.104	14.104
Variação cambial diferida	-	-	59.413	59.413
Receitas financeiras - Lei 12996/2014 - REFIS	1.135	1.135	-	-
Outras adições (exclusões)	29.606	29.606	-	-
Base de cálculo dos tributos	1.321.316	1.321.316	3.943	3.943
Alíquotas fiscais aplicadas	25%	9%	25%	9%
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	(330.329)	(118.918)	986	355
Créditos fiscais de anos anteriores constituídos	1.871	1.871	-	-
Créditos fiscais não constituídos	-	-	18.501	6.942
Compensação 30% prejuízos fiscais exercícios anteriores	98.713	35.536	-	-
Receitas (despesas) com tributos	(229.745)	(81.511)	19.487	7.297
Alíquota efetiva	-10,73%	-3,81%	-12,52%	-4,69%

	Consolidado			
	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes de impostos	2.379.832	2.379.832	(160.569)	(160.569)
Adições (exclusões) permanentes:				
Realização de custo atribuído	-	-	1.521	1.521
Amortização de ágio	-	-	14.104	14.104
Variação cambial diferida	-	-	59.413	59.413
Receitas financeiras - Lei 12996/2014 - REFIS	(108.671)	(108.671)	-	-
Outras adições permanentes	278.344	278.344	15.731	15.731
Base de cálculo dos tributos	2.549.505	2.549.505	(69.800)	(69.800)
Alíquotas fiscais aplicadas	25%	9%	25%	9%
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(637.376)	(229.455)	(17.450)	(6.282)
Créditos fiscais de anos anteriores constituídos	103.102	37.120	36.624	13.184
Compensação 30% prejuízos fiscais exercícios anteriores	142.843	51.424	-	-
Receitas (despesas) com tributos	(391.431)	(140.911)	19.174	6.902
Alíquota efetiva	-16,45%	-5,92%	-11,19%	-4,20%

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera ter impactos relevantes para Companhia.

17 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da

concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM que no período gerou um valor de R\$19.284, registrado em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR.

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas pelas controladas:

	EMT	ETO	EMS	CAIUA	CNEE	CFLO	EEB	EDEVP	TOTAL
Saldos iniciais consolidados a partir de 11 de abril de 2014	784.316	390.908	277.391	120.108	60.985	18.397	123.092	81.555	1.856.752
Adições no período	92.632	51.519	38.907	10.971	6.884	2.223	11.736	6.234	221.106
Baixas no período	(2.283)	(17.444)	(642)	(2.189)	(4.157)	(536)	(3.828)	(975)	(32.054)
Subtotal	874.665	424.983	315.656	128.890	63.712	20.084	131.000	86.814	2.045.804
Atualização contas a receber da Concessão - VNR	4.203	3.612	3.203	2.653	602	173	2.937	1.901	19.284
Ativo financeiro Custo corrigido - 2014	878.868	428.595	318.859	131.543	64.314	20.257	133.937	88.715	2.065.088
Circulante									438.766
Não Circulante									1.626.322

(*)Das adições no montante de R\$221.106, foi transferido do intangível para o contas a receber da concessão R\$194.098, R\$ 15.996 referem-se à incorporação de redes e R\$ 11.013 de bifurcação.

18 Ativo financeiro - investimentos

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2013
Ativo não circulante - ativo financeiro - investimentos			
Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	70.159	70.159
Companhia Nacional de Energia Elétrica	-	76.831	76.831
Companhia Força e Luz do Oeste	-	18.057	18.057
Energisa Tocantins - Distribuidora de energia S/A	-	297.067	297.067
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de energia S/A	-	520.590	520.590
Emp. de Distrib de Energia Vale Paranapanema S/A	-	114.038	114.038
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de energia S/A	-	462.453	768.162
Total - ativo não circulante	-	1.559.195	1.864.904
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária			
QMRA Participações S.A.	-	106.232	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	181.166	636.772	-
Caiuá Distribuição de Energia S/A	-	31.292	31.292
Total - passivo não circulante	181.166	774.296	31.292

Em atendimento aos itens 20 do CPC 18 (R2) - Investimento em coligada e em controlada (Deliberação CVM nº 696 de 13/12/2012), na perda do controle das empresas distribuidoras de energia elétrica que em 2013 estavam sob intervenção do Poder Concedente (conforme nota explicativa nº 1), a Companhia naquela data, reclassificou seus investimentos para ativo financeiros classificados como disponíveis para venda. Dessa forma, os investimentos passaram a ser avaliados em consonância com os critérios previstos no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Deliberação CVM nº 604 de 19/11/2009). Segundo o item 46 do CPC 38 um investimento patrimonial pode ser mensurado pelo custo quando a investida não tiver ações negociadas em mercado ativo e o valor justo não puder ser mensurado com confiança.

Assim, a Companhia mensurou naquela data os investimentos nas controladas pelos respectivos valores contábeis, dado pela última equivalência patrimonial realizada em 31 de agosto de 2012.

Com fim da intervenção nas concessionárias pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622 publicada em 10 de abril de 2014, a Companhia passou a ter o controle das decisões econômicas e operacionais dessas controladas, e a partir de 11 de abril de 2014, passou a consolidar e divulgar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, por consequência, fundamentada em interpretações de seus avaliadores externos reclassificou os valores dos ativos para a rubrica de investimentos.

19 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participação em controladas	3.350.056	209.476	-	-
Outros	103	520	4.791	1.252
Total	3.350.159	209.996	4.791	1.252

Participação em controladas:

2014									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	40.948	1.172	91,45	408.070	332.599	75.471	469	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica	28.000	2.365	98,69	216.645	126.830	89.815	12.842	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste	11.500	346.455	97,70	71.328	45.787	25.541	(2.874)	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins (1)	342.969	531.932	71,42	1.622.161	842.097	780.064	13.242	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso	1.118.910	170.329	57,67	5.307.657	3.472.373	1.835.284	32.542	14.591	1.058.409
QMRA Participações S.A.	1.185.838	2.408.385	100	59.696	39.897	19.799	122.141	122.134	19.799
Energisa Mato Grosso do Sul	595.650	63.116.354	63,11	3.276.565	1.914.085	1.362.480	67.498	42.974	859.861
Rede Power do Brasil S.A.	70.000	98	99,98	510.678	56.227	454.451	167.485	180.067	454.391
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	283.267	283.651	100	369.663	300.207	69.456	9.863	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	119.905	119.905	100	301.249	179.300	121.949	3.255	3.255	121.949
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	500	1	99,91	102.756	284.088	(181.332)	459.289	452.542	-
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	1.830	1	99,50	24.883	18.403	6.480	1.000	1.408	6.448
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A. (1)	25.438	25	100	20.255	386	19.869	1.756	973	19.869
Cia Geral	443	8	63,97	28	47	(19)	(25)	(290)	144
Total								850.341	3.350.056

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$181.166, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	2013	Investimentos cujo controle foi readquirido 11/04/2014 (3)	Subscrição/aquisição/adiant. Para futuro aumento de capital/compra de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência patrimonial (4)	2014
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (1)	-	74.554	-	(6.395)	370	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica (1)	-	85.030	-	(9.332)	192	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste (1)	-	27.912	-	(1.221)	693	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins (1)	-	518.841	37.240	(12.575)	1.597	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso (1)	-	1.051.509	-	(9.818)	2.127	14.591	1.058.409
QMRA Participações S.A.	3.896	(106.231)	-	-	-	122.134	19.799
Energisa Mato Grosso do Sul (1)	-	821.701	-	(5.012)	198	42.974	859.861
Tangará Energia S.A. (5)	55.785	-	-	-	-	(129.505)	-
Rede Power do Brasil S.A.	132.716	(13.192)	157.609	(2.924)	115	180.067	454.391
Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	-	36.318	22.590	-	685	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (1)	-	118.350	-	-	344	3.255	121.949
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	-	-	3.066	-	-	452.542	-
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	5.403	-	-	(236)	(127)	1.408	6.448
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	11.676	-	7.220	-	-	973	19.869
Cia Geral	-	-	434	-	-	(290)	144
Passivo reclassificado para disponível para venda (5)	-	-	-	-	-	129.505	-
Total	209.476	2.614.792	228.159	(47.513)	6.194	850.341	3.350.056

(1) Patrimônio líquido a valor justo;

(2) Valor registrado no passivo não circulante – provisão para perdas em participações societárias;

(3) Investimentos avaliados a valor justo, cujos saldos iniciais foram transferidos da rubrica ativos financeiros – investimentos classificados como disponíveis para venda;

(4) Inclui R\$4.177 na ETO e R\$ 4.220 na Vale do Vacaria referente ganhos apurados em novas aquisições de ações; e R\$22.976 referente a perda de capital por redução de percentual de participação;

(5) Ativo transferido para ativos disponíveis para venda.

Participação societária – combinação de negócios.

A Rede Energia, desde a intervenção determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, deixou de ter o controle das decisões econômicas e operacionais das controladas distribuidoras de energia elétrica, contudo, manteve preservadas o direito as suas respectivas participações acionárias.

Em atendimento ao item 20 do CPC 18 (R2) – Investimento em coligada e em controlada (Deliberação CVM nº 696 de 18/12/2012), em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, que se encontravam sob intervenção do Poder Concedente (conforme nota explicativa nº 1), reclassificou seus investimentos para a rubrica “Ativos financeiros – investimentos” sendo classificados como disponíveis para venda.

Em razão do fim da intervenção nas concessionárias pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622 publicada em 10 de abril de 2014, a Companhia passou a ter o controle das decisões econômicas e operacionais dessas controladas, e a partir de 11 de abril de 2014, passou a consolidar e divulgar as

Demonstrações Financeiras Consolidadas, por consequência, fundamentada em interpretações de seus avaliadores externos, a Rede Energia adotou o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos intangíveis das empresas detentoras de concessões de distribuição de energia elétrica, que segue: (i) Caiuá Distribuição de Energia S.A.; (ii) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.; (iii) Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; (iv) Companhia Força e Luz do Oeste; (v) Companhia Nacional de Energia Elétrica; (vi) Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; (vii) Empresa Elétrica Bragantina S.A.; (viii) Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. Adicionalmente, também foi adotado o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos intangíveis para a geradora Tangará Energia S/A.

A aplicação do valor justo aos investimentos é como segue:

Empresas	PL ajustado a valor justo 11/04/2014	%	Investimento a valor justo	Investimento avaliados a custo	Ajuste do valor justo	Amortização líquida de imposto (*)
EMT	1.407.365	39,92%	561.820	520.590	41.230	25.425
ETO	633.592	50,86%	322.245	297.068	25.177	29.026
EMS	1.240.429	60,16%	746.242	462.453	283.789	17.326
CNEE	86.160	98,69%	85.031	76.830	8.201	3.036
CFLO	28.569	97,70%	27.912	18.057	9.855	8.292
EEB	81.525	91,45%	74.555	70.159	4.396	15.053
EDEVP	114.350	100,00%	114.350	114.038	312	14.977
CAIUÁ	(135.682)	100,00%	(135.682)	(31.292)	(104.390)	11.289
Sub total	-		1.796.473	1.527.903	268.570	124.424
Participação indireta da controlada Rede Power na EMS:						
EMS	1.240.429	39,77%	493.319	305.709	187.610	11.440
Total	-		2.289.792	1.833.612	456.180	135.864

(*) Investimento reclassificado para disponível para venda.

Mais Valia dos ativos intangíveis e imobilizado

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a Rede Energia, em 11 de abril de 2014, retomou o controle das empresas distribuidoras de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, EDEVP, EEB, Caiuá, CFLO e CNEE), em face do término da intervenção imposta pelo Poder Concedente que desde 31 de agosto de 2012 interviu na administração das controladas o que levou a Companhia a deixar de praticar os ajustes de seus investimentos permanentes a valor patrimonial pelo método de equivalência patrimonial, levou que em 11 de abril de 2014 a retomar o controle acionário das Companhias. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Rede Energia passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na retomada do controle dessas. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R1), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$2.457.063; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$809.041; e (c) outros passivos circulantes no montante de R\$77.527 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais),

totalizando R\$1.570.495, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 11 de abril de 2014.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente da apuração de ganho de capital.

As controladas passaram a amortizar a mais valia dos ativos. No período foram amortizados R\$135.864.

Controladas	Custo do Intangível e imobilizado	Custo atribuído as contingências	Tributos	Efeito no Patrimônio Líquido
EMT	913.193	40.145	296.836	576.212
ETO	397.674	10.941	131.489	255.244
EMS	979.283	11.859	328.924	638.500
CNEE	16.178	1.675	4.931	9.572
CFLO	22.639	876	7.399	14.364
EEB	45.458	2.118	14.735	28.605
EDEVP	45.289	4.670	13.811	26.808
CAIUÁ	37.349	5.243	10.916	21.190
Sub total	2.457.063	77.527	809.041	1.570.495

20 Imobilizado - Consolidado

Imobilizado	Saldo 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Reclassificação para ativos disponíveis à venda	Saldo 2014
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	1.741	-	-	2	-	-	(1.743)	-
Reservatório, Barragens e Adutoras	74.069	-	-	219	-	-	(74.288)	-
Edificações e benfeitorias	25.288	325	-	(1.695)	-	-	(23.593)	325
Máquinas e equipamentos	140.195	9	-	1.707	(75)	-	(139.080)	2.756
Veículos	302	38.311	-	7	-	-	(309)	38.311
Móveis e utensílios	1.231	14	-	(129)	-	-	(184)	932
Total do imobilizado em serviço	242.826	38.659	-	111	(75)	-	(239.197)	42.324
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras	(15.902)	-	-	(104)	-	(1.176)	17.182	-
Edificações e benfeitorias	(5.746)	(113)	-	962	-	(766)	5.535	(128)
Máquinas e equipamentos	(37.102)	(7)	-	(1.240)	45	(3.250)	38.876	(2.678)
Veículos	(213)	(19.255)	-	-	-	(5.507)	246	(24.729)
Móveis e utensílios	(918)	(14)	-	382	12	(38)	94	(482)
Total Depreciação acumulada	(59.881)	(19.389)	-	-	57	(10.737)	61.933	(28.017)
Subtotal Imobilizado	182.945	19.270	-	111	(18)	(10.737)	(177.264)	14.307
Imobilizado em curso	198	-	342	(111)	-	-	(415)	14
Total do Imobilizado	183.143	19.270	342	-	(18)	(10.737)	(177.679)	14.321

	Saldo 01/01/2013	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 2013
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Terrenos	1.741	-	-	-	1.741
Reservatório, Barragens e Adutoras	74.069	-	-	-	74.069
Edificações e benfeitorias	25.288	-	-	-	25.288
Máquinas e equipamentos	139.997	-	198	-	140.195
Veículos	180	-	122	-	302
Móveis e utensílios	1.231	-	-	-	1.231
Total do imobilizado em serviço	242.506	-	320	-	242.826
Depreciação acumulada:					
Reservatório, Barragens e Adutoras	(14.335)	-	-	(1.567)	(15.902)
Edificações e benfeitorias	(5.180)	-	-	(566)	(5.746)
Máquinas e equipamentos	(32.306)	-	-	(4.796)	(37.102)
Veículos	(180)	-	-	(33)	(213)
Móveis e utensílios	(826)	-	-	(92)	(918)
Total Depreciação acumulada	(52.827)	-	-	(7.054)	(59.881)
Subtotal Imobilizado	189.679	-	320	(7.054)	182.945
Imobilizado em curso	198	320	(320)	-	198
Total do Imobilizado	189.877	320	-	(7.054)	183.143

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas (%)
Reservatório, barragens, adutoras e terras	2,00
Edificações e benfeitorias	3,88
Máquinas e equipamentos	6,25
Veículos	14,29
Móveis e utensílios	6,25

Custo atribuído

A controlada Tangará procedeu a uma nova avaliação dos bens, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado. O Laudo de Avaliação foi apresentado pelas empresas especializadas, em que constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31 de dezembro de 2008, conforme detalhado a seguir:

	Valor contábil líquido	Valor justo	Ajuste mais valia
Terrenos	615	1.743	1.128
Reservatórios, Barragens e Adutoras	62.905	66.004	3.099
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	21.312	22.362	1.050
Máquinas e Equipamentos	83.275	123.870	40.595
Outros	82	242	160
Total do imobilizado em serviço	168.189	214.221	46.032
Imobilizado em curso	131	131	-
Total do imobilizado	168.320	214.352	46.032
Impostos diferidos			(12.600)
Realização do custo atribuído			(8.973)
Saldo do custo atribuído em 2014			24.459

O efeito no resultado oriundo das amortizações, baixas e alienações na Companhia em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.343.

O investimento da controlada Tangará foi transferido para ativos disponíveis para venda em setembro/2014.

21 Intangível

21.1 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Reclassificação para ativos disponíveis à venda	Saldo 2014
Intangível em Serviço								
Custo	1.691	9.384.625	3.486	233.594	(67.927)	-	(1.423)	9.554.046
amortização Acumulada	(617)	(3.622.874)	(62)	-	67.430	(519.062)	387	(4.074.798)
subtotal	1.074	5.761.751	3.424	233.594	(497)	(519.062)	(1.036)	5.479.248
Em Curso	-	704.345	555.405	(233.594)	(233.303)	-	-	792.853
Total Intangível	1.074	6.466.096	558.829	-	(233.800)	(519.062)	(1.036)	6.272.101
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	-	1.667.598	17.341	(9.830)	-	-	-	1.675.109
Amortização Acumulada	-	(583.167)	(355)	-	-	(71.020)	-	(654.542)
subtotal	-	1.084.431	16.986	(9.830)	-	(71.020)	-	1.020.567
Em Curso	-	172.502	170.283	9.830	(82.713)	-	-	269.902
Total das Obrigações vinculadas à concessão	-	1.256.933	187.269	-	(82.713)	(71.020)	-	1.290.469
Total Intangível	1.074	5.209.163	371.560	-	(151.087)	(448.042)	(1.036)	4.981.632

(*) Das baixas no total de R\$151.087 foi transferido R\$194.098 para o contas a receber da concessão, R\$(43.508) de bifurcação e R\$496 referem-se a baixas realizadas no exercício/período.

	Saldo 01/01/2013	Amortização	Saldo 2013
Em serviço:			
Custo	1.691	-	1.691
(-) Amortização	(468)	(149)	(617)
Ágio	14.105	(14.105)	-
Total	15.329	(14.254)	1.074

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EDEVP 3,83%, EMT 3,95%, CAIUA 3,99%, ETO 3,85%, EEB 4,04%, CNEE 4,05%, CFLO 4,34%, EMS 4,06%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014
Contribuições do consumidor	1.527.961
Participação da União - recursos CDE	1.040.274
Participação do Governo do Estado	219.360
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	86.473
(-) Amortização acumulada	(654.542)
Total	2.219.526
Alocação:	
Contas a receber da concessão	929.057
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.020.567
Infraestrutura - Intangível em curso	183.429
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	86.473
Total	2.219.526

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

As controladas passaram a amortizar as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) a partir da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em: CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008) pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo a CNEE, EDEVP, CAIUÁ em 12 de Maio/2012, CFLO em 29 de Junho/2012, ETO em 04 de Julho/2012, EMT e EMS em 08 de Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica no consolidado foi de R\$86.473.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreu nenhum

evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média WACC (7,50%), representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Suprimento: (1)				
CCEE	-	-	58.861	-
Contratos Bilaterais (1)	-	-	817.237	80.377
Uso de rede básica (1)	-	-	126	-
Encargos de Serviço no sistema (1)	-	-	5.611	-
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	11.308	-
Materiais, serviços e outros (2)	262	155	126.390	563.904
Total	262	155	1.019.533	644.281
Circulante	262	155	665.924	644.281
Não Circulante	-	-	353.609	-

- (1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$427.632 (R\$351.140 encontra-se contabilizado no passivo não circulante) de débitos com Eletrobrás devidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.
- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias. Em dezembro/2013, no consolidado, inclui R\$485.230 referente a multa pelo descumprimento dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada CTCE.

23 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	2014	2013
REDE ENERGIA	Em moeda nacional					
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	158	-	3.868	4.026	34.874
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	878	-	8.530	9.408	370.532
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	75.723	75.723	-
	Banco Daycoval	-	-	-	-	224.981
	Total em moeda nacional	1.036	-	88.121	89.157	630.387

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	2014	2013
	Em moeda estrangeira					
	Bond Perpétuo	-	-	-	-	480.697
	Total em moeda estrangeira	-				480.697
	Total REDE ENERGIA	1.036	-	88.121	89.157	1.111.084
CAIUÁ	Em moeda nacional					
	Santander 0 270626414	79	-	8.500	8.579	-
	ELETROBRÁS 0 EFS00042/2004	-	322	242	564	-
	HP 0 0436ER08V6	-	24	-	24	-
	Total em moeda nacional	79	346	8.742	9.167	-
	Em moeda estrangeira					
	Banco Itau BBA	-	208	68.778	68.986	-
	Total em moeda estrangeira	-	208	68.778	68.986	-
	Total CAIUÁ	79	554	77.520	78.153	-
ETO	Em moeda nacional					
	ELETROBRÁS	-	947	552	1.499	-
	ELETROBRÁS	90	18.536	105.023	123.649	-
	ELETROBRÁS	62	-	7.867	7.929	-
	SANTANDER	597	-	75.133	75.730	-
	SANTANDER	0	12	-	12	-
	Total em moeda nacional	749	19.495	188.575	208.819	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(42)	-	(764)	(806)	-
CTCE	Total ETO	707	19.495	187.811	208.013	-
	Em moeda nacional					
	BANCO BMG S/A	-	307	2.985	3.292	38.218
	Total em moeda nacional	-	307	2.985	3.292	38.218
	Total em moeda estrangeira	-	-	-	-	-
EMS	Total CTCE	-	307	2.985	3.292	38.218
	Em moeda nacional					
	ELETROBRÁS	37	12.169	40.441	52.647	-
	SAFRA	1	334	46	381	-
	SAFRA	1	84	11	96	-
	HP	-	29	-	29	-
	VOLKSWAGEN	2	244	-	246	-
	BANCO ITAÚ (NOTA PROMISSÓRIA DE CRÉDITO)	5.448	100.000	-	105.448	-
	FIDC 0 BANCO ITAÚ	-	32	289.789	289.821	-
	Total em moeda nacional	5.489	112.892	330.287	448.668	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	-
EMT	Total EMS	5.489	112.892	330.287	448.668	-
	Em moeda nacional					
	ELETROBRASOECF 1976/00	4	42.940	304.575	347.519	-
	FIBRA/BTG	64	7.907	-	7.971	-
	HP004365ER14V6	-	27	-	27	-
	JP Morgan0Swap JP 0 CCB OP. 16763	55	14.857	21.048	35.960	-
	Finame 0 SAFRA	-	80	27	107	-
	Empréstimos e Financiamentos SANTANDER	270	-	32.000	32.270	-
	Empréstimos e Financiamentos 0 FIDC	2.158	-	351.415	353.573	-
	Total em moeda nacional	2.551	65.811	709.065	777.427	-
	Merril Lynch0Swap 0 CCB 014/13	29	9.659	13.686	23.374	-
	Cessna Finance	7	4.108	31.783	35.898	-
	Total em moeda estrangeira	36	13.767	45.469	59.272	-
	Total EMT	2.587	79.578	754.534	836.699	-
TANGARÁ	Em moeda nacional					

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	2014	2013
	Banco Itaú Capital de Giro	-	-	-	-	102.292
	Eletrobrás - Recompra de Ações	-	-	-	-	199.079
	Total em moeda nacional	-	-	-	-	301.371
	Total TANGARÁ	-	-	-	-	301.371
	Em moeda nacional					
CNEE	ELETROBRÁS O ECF00041/2004	5	64	48	117	-
	HP O 04366ER07V6	-	8	-	8	-
	Total em moeda nacional	5	72	48	125	-
	Total CNEE	5	72	48	125	-
	Em moeda nacional					
CFLO	ELETROBRÁS O ECFS0127/2005	1	64	124	189	-
	HP O 04364ER07V6	-	7	-	7	-
	Total em moeda nacional	1	71	124	196	-
	Total CFLO	1	71	124	196	-
	Em moeda nacional					
EDEVP	ELETROBRÁS O ECFS00040/2004	7	269	202	478	-
	HP O 04361ER09V6	-	12	-	12	-
	Total em moeda nacional	7	281	202	490	-
	Total	7	281	202	490	-
	Em moeda nacional					
EEB	ELETROBRÁS	-	794	2.388	3.182	-
	HP O 04362ER08V6	-	11	-	11	-
	Total em moeda nacional	-	805	2.388	3.193	-
	Em moeda estrangeira			-		-
	ABC Brasil O LA 35 030 14	-	45.410	-	45.410	-
	ITAU O OPERAÇÃO 4131	-	31	10.578	10.609	-
	Total em moeda estrangeira	-	45.441	10.578	56.019	-
	Total EEB	-	46.246	12.966	59.212	-
	Sub - total em moeda nacional	9.917	200.079	1.330.537	1.540.534	969.976
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(42)	-	(764)	(806)	-
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	9.875	200.080	1.329.773	1.539.728	969.976
	Sub - total em moeda estrangeira	36	59.416	124.825	184.277	480.697
	Total em moeda estrangeira	36	59.416	124.825	184.277	480.697
	TOTAL	9.911	259.496	1.454.598	1.724.005	1.450.673

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para o contrato CCB Fibra/BTG da EMT. A Companhia tem waiver aprovado em 31 de agosto de 2014 com validade para até 31 de dezembro de 2014.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Empresa	Operações	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
REDE ENERGIA	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO)	jul/36	Mensal	Recebíveis	259	IPCA	+ 1,05% a.a	7,46%
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	jul/36	Mensal	Recebíveis	259	IPCA	+ 1,05% a.a	7,46%
CAIUÁ	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	54	CDI	2,28% a.a	13,09%
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	17	UFIR	6,0% a.a	6,00%
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,51%
	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	35	Dólar	2,25% a.a	15,64%
ETO	Eletrobrás	De jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	37	UFIR	De 6,0 a 6,50% a.a	6,0% a 6,5%
	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis	54	CDI	2,28% a.a	13,09%
	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis	54	CDI	2,28% a.a	13,09%
	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	-	10,81%
CTCE	Banco BMG S/A	jul/36	Mensal	-	259	IPCA	+ 1,05% a.a	7,46%
EMS	Eletrobrás	Jun/15 a mai/22	Trimestral	-	24	UFIR	6,0 a 8,0% a.a	6,0% a 8,0%
	Banco Safra - FINAME I	De Nov/15 mar/16	Mensal	Alienação fiduciária	7	PRÉ	8,0% a.a	8,0%
	Banco Safra - FINAME II	De Nov/15 a mar/16	Mensal	Alienação fiduciária	9	URTJLP	5,7% a.a	10,70%
	HP Leasing	jan/15	final	Aval	1	CDI	2,94% a.a	13,75%
	Volkswagen Leasing	De mar/15 a mai/15	Mensal	Alienação fiduciária	4	CDI	11,88% a.a	22,69%
	Banco Itaú - Notas promissórias	jan/15	Final	Aval	1	CDI	+ 2,25%	13,06%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	237	TR	8,0% a.a	8,00%
EMT	Banco Fibra/ BTG	ago/15	Mensal	Cessão Subrogação CCC	8	CDI	4,43% a.a	15,24%
	HP Leasing	abr/15	Mensal	Aval	4	CDI	-	10,81%
	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	92	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	6,0% a 8,0% a.a
	Banco J.P Morgan	mai/17	Mensal	Recebíveis	29	CDI	2,0% a.a	12,81%
	Banco Safra - FINAME	abr/16	Mensal	-	16	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	8,90% a 11,50%
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis+Aval	30	CDI	2,8% a.a	13,61%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	237	TR	8,0% a.a	8,00%
	Banco Merrill Lynch	mai/17	Mensal	Fiança	29	CDI	2,0% a.a	12,81%
	Cessna Finance	set/20	Trimestral	Depósito Caução	69	PRÉ	6,75% a.a	6,75%
TANGARÁ	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	21	UFIR	6,0% a.a	6,00%
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,53%
CFLO	Eletrobrás	De jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	25	UFIR	6,0% a.a	6,00%
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	-	10,81%
EDEVF	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	21	UFIR	6,0% a.a	6,00%
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,53%
EEB	Eletrobrás	De set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	60	UFIR	6,0% a.a	6,00%
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,53%
	Banco ABC Brasil	set/15	Mensal	Aval	9	Dólar	+ 2,62% a.a	16,01%
	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	35	Dólar	+ 3,40% a.a	16,79%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as

seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	-	131.478
2017	-	262.020
2018	-	179.421
2019	-	133.872
Após 2019	88.121	747.807
Total	88.121	1.454.598

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldos em 2014 e 2013	1.111.084	1.066.398	1.450.673	1.389.295
Saldo inicial consolidado a partir de 11/04/2014		-	1.821.298	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	967.160	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	94.182	44.686	287.286	90.205
Descontos obtidos credores - Opção "C"	(1.364.746)	-	(1.364.746)	-
Reversão MTM Bond Perpétuo	674.278	-	674.278	-
Transferência Partes Relacionadas	(404.167)	-	(404.167)	-
Ajuste a valor presente	72.514	-	72.514	-
Marcação a mercado	23.536	-	23.536	-
Provisão de ajuste a valor presente - credores opção "A"	(108.149)	-	(196.376)	-
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	(231.166)	-
Pagamento de principal e juros	(9.375)	-	(1.376.285)	(28.827)
Saldos em 2014 e 2013	89.157	1.111.084	1.724.005	1.450.673
Circulante	1.036	571.789	269.407	899.058
Não circulante	88.121	539.295	1.454.598	551.615

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	2015	2016	2017 em diante	Total
ETO	Banco Santander	42	382	382	806

24 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora	Controlada EMT		Controlada EMS	Controlada ETO	Total
	4ª Emissão	2ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	22/12/2009	15/04/2010	15/05/2014	31/05/2014	31/05/2014	
Data de vencimento	22/12/2014	15/05/2017	17/05/2021	30/05/2021	30/05/2019	
Garantia	Quirografária	Flutuante	Flutuante	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15% 1ª Serie 12,96% a.a - 2ª a 13ª Séries	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.	
TIR (taxa efetiva de juros)	13,64%	15,96%	12,45%	12,45%	12,45%	
Quantidade de títulos	370.000	250	45.000	40.000	5.000	
Valor na data de emissão	370.000	1.000.000	10.000	400.000	50.000	
Títulos em circulação	-	250	45.000	40.000	5.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	24 meses	2 anos	2 anos	
Data de repactuação	-	01/08/2012	-	-	-	
Amortizações/parcelas	semestral	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16	
Saldos em 2014	38.136	40.431	453.622	401.892	50.041	984.122
Circulante	1.012	40.431	6.315	4.281	297	52.336
Não circulante	37.124	-	447.307	397.611	49.744	931.786
Saldos em 2013	410.126	-	-	-	-	410.126
Circulante	410.126	-	-	-	-	410.126

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$297.638 de ajuste a valor presente.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão da EMT, tendo sido reclassificadas para o circulante. O waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	-	108.813
2017	-	186.537
2018	-	186.537
2019	-	176.890
Após 2019	37.124	273.009
Total	37.124	931.786

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

2014				
	Controlada EMT	Controlada ETO	Controlada EMS	Consolidado
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	954	-	778	1.732
Exercício 2016	314	76	282	672
Após 2016	2.379	314	2.138	4.831
	3.647	390	3.198	7.235

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 2013 e 2012	410.126	410.126	410.126	410.126
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	272.103	-
Novas debêntures obtidas	-	-	1.019.154	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	2.830	-	96.203	-
Ajuste a valor presente	3.208	-	3.208	-
Descontos obtidos credores - Opção "C"	(58.440)	-	(58.440)	-
Provisão de ajuste a valor presente credores Opção "A"	(297.304)	-	(297.304)	-
Transferência Partes Relacionadas	(19.480)	-	(19.480)	-
Pagamento de principal e juros	(2.804)	-	(316.276)	-
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	(125.172)	-
Saldo em 2014 e 2013	38.136	410.126	984.122	410.126
Circulante	1.012	410.126	52.336	410.126
Não circulante	37.124	-	931.786	-

25 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	-	-	156.338	2.199
Encargos Sociais	67	43	10.281	202
IRPJ	-	787	4.732	1.014
CSSL	-	-	954	89
PIS/COFINS	5	-	37.192	448
IRRF	1.201	42	2.734	113
IOF	276	4.505	556	4.568
Outros	70	90	4.317	410
Total	1.619	5.467	217.104	9.043
Circulante	1.619	5.467	201.090	9.043
Não Circulante (1)	-	-	16.014	-

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

26 Parcelamento de impostos - consolidado

Após a liquidação dos parcelamentos Federais por intermédio do Novo REFIS e dos parcelamentos estaduais das Distribuidoras Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB, os saldos de parcelamentos é como segue:

Descrição	EMT	ETO	REDE SUL	2014	2013
LEI 11.941	-	726	-	726	4.447
PIS	-	-	-	-	141
COFINS	-	-	2.574	2.574	650
ICMS	5.899	-	99.108	105.007	-
TOTAL	5.899	726	101.682	108.307	5.238
Circulante	-	-	-	20.308	2.058
Não circulante	-	-	-	87.999	3.180

Segue o número de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	EMT	ETO	REDE SUL
LEI 11.941	-	62	14
ICMS	20	-	99

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2014	2013
2014	-	2.058
2015	16.763	2.058
2016	16.863	1.122
Após	74.681	-
Total	108.307	5.238
Circulante	20.308	2.058
Não circulante	87.999	3.180

As controladas durante o exercício de 2014 ingressaram junto à Receita Federal do Brasil e junto às Secretarias de Estado, seus pedidos de liquidação de parcelamentos, que segue:

Federal:

Em 25 de agosto de 2014, as controladas aderiram ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos fosse realizada pela Receita Federal do Brasil, corrigidos pela variação da Selic. Em 28 de novembro de 2014 ocorreu a opção por efetuar a liquidação total do débito no montante de R\$281.496, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$37.249, registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. As controladas utilizaram prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios de R\$126.820, R\$70.227 da Companhia QMRA Participações S/A, pertencente ao mesmo grupo econômico e pagamento a vista, em espécie, de R\$84.449, correspondente aos 30% permitidos. O processo encontra-se em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil.

	Consolidado
Lei 12.996 (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	
Débitos em 2013	433.789
Atualização	29.646
Amortização	(99.052)
Ganho adesão ao REFIS	(37.249)
Inclusão Parcelamentos Lei 11.941 e demais débitos	11.123
Antecipações	(53.461)
30% - Lei 13.043	(84.449)
Valor utilizado de PF e BCN de CSLL Próprios	(126.820)
Valor utilizado de PF e BCN de CSLL CIAS do mesmo Grupo Econômico	(70.227)
Saldo em 2014	3.300

Estadual:

As Controladas Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB utilizaram os benefícios do Parcelamento instituído pelo Estado de São Paulo através do Decreto 60.344/2014 para liquidar os débitos de ICMS.

A liquidação dos débitos gerou redução de multas e juros líquido de IRPJ e CSLL da ordem de R\$13.344, registrado em outras receitas financeiras no consolidado, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Valor débito original	Pagto a vista	Benefício	Efeito IRPJ/CSLL	Resultado
CAIUA	40.402	30.341	10.061	3.421	6.640
CNEE	10.081	6.933	3.148	1.070	2.078
EDEVP	8.726	6.353	2.373	807	1.566
EEB	19.518	14.881	4.637	1.577	3.060
TOTAL	78.727	58.508	20.219	6.875	13.344

Segue o número de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	EMT	ETO	REDE SUL
LEI 11.941	-	62	14
ICMS	20	-	99

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2014	2013
2014	-	2.058
2015	16.763	2.058
2016	16.863	1.122
Após	74.681	-
Total	108.307	5.238
Circulante	20.308	2.058
Não circulante	87.999	3.180

27 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – consolidadas

Risco provável – composição e movimentações

	31/12/2013	Saldo inicial consolidado 11/04/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 31/12/2014
Trabalhistas	703	142.529	74.475	(63.693)	3.739	157.753
Cíveis	-	372.564	103.613	(168.286)	18.181	326.072
Fiscais	-	46.772	11.071	(7.747)	4.750	54.846
Total	703	561.865	189.159	(239.726)	26.670	538.671
Depósitos e cauções vinculados (*)						(77.777)

(*) As controladas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$91.764. Desse total, R\$13.987, não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

As contingências cujo prognósticos de êxito são possíveis ou prováveis foram avaliadas a valor justo de acordo com o CPC 15 (R1).

Perdas prováveis

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$1.150.542 no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$72.033, no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$701.434 no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia; e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$377.075, no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Os processos administrativos da controlada EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

28 Taxas regulamentares e obrigação do programa de eficiência energética

	2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	158.434
Total	472.187
Circulante	294.601
Não circulante	177.586

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parceladas, em 12 de agosto de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT, ETO, CFLO, CAIUA, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

29 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 2014 montam em R\$364.397 sendo R\$146.424 no circulante e R\$217.973 no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5 a 1% ao mês de juros.

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.245.787 (R\$1.343.974 em 2013), representando 1.714.895 (426.591.684) ações nominativas, sendo 1.182.320 (294.109.630) ações ordinárias e 532.575 (132.482.054) ações preferenciais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$901.813, com emissão de 1.288.304 novas ações sendo 888.210 ações ordinárias e 400.093 ações preferenciais, mediante a capitalização pelas acionistas EEVP e Denerge de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC").

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não tem direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial faz jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

31 Receita operacional - consolidada

	2014			2013		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	2.755.258	4.489.339	2.154.261	-	-	-
Industrial	55.710	1.939.012	915.846	-	-	-
Comercial	266.433	2.738.405	1.359.441	-	-	-
Rural	355.896	1.427.543	475.445	-	-	-
Poder Público:						
Federal	2.278	132.095	67.890	-	-	-
Estadual	7.037	270.942	108.224	-	-	-
Municipal	24.490	242.967	129.117	-	-	-
Iluminação Pública	4.279	585.841	138.286	-	-	-
Serviço Público	4.050	412.761	146.905	-	-	-
Consumo Próprio	830	17.490	-	-	-	-
Subtotal	3.476.261	12.256.395	5.495.415	-	-	-
Suprimento	-	353.654	142.242	-	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	5.229	27.635	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	164	921.347	32.791	-	-	-
Receita de Construção	-	-	525.668	-	-	-
Serviços Especializados	-	-	11.023	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	164.347	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	424.236	-	527.352	15.085
Total - Receita Operacional Bruta	3.476.425	13.536.625	6.823.357	-	527.352	15.085
Deduções da Receita Operacional						
ICMS	-	-	1.202.836	-	-	-
PIS	-	-	106.388	-	-	117
COFINS	-	-	475.023	-	-	541
ISS	-	-	415	-	-	754
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	19.661	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	60.339	-	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	-	-	19.660	-	-	-
Outros Encargos	-	-	-	-	-	267
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	49.620	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.933.942	-	-	1.679
Total Receita Operacional Líquida	3.476.425	13.536.625	4.889.415	-	527.352	13.406

32 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
Natureza do Gasto	Despesas Operacionais Gerais e Administ.	Total	
		2014	2013
Pessoal e administradores	310	310	389
Serviços de terceiros	28.817	28.817	8.744
Arrendamentos e alugueis	-	-	17
Seguros	-	-	705
Tributos	-	-	9
Depreciação e amortização	-	-	14.104
Outras	1.062	1.062	36
	30.189	30.189	24.004

Consolidado							
Natureza do Gasto	Custo do Serviço			Despesas Operacionais		Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administ.	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda	2.328.728	-	-	-	-	2.328.728	-
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	138.191	-	-	-	-	138.191	-
Pessoal e administradores	-	214.668	5	23.303	124.524	362.500	7.394
Entidade de previdência privada	-	4.778	-	359	961	6.098	-
Material	-	40.206	169	306	16.463	57.144	94
Serviços de terceiros	-	195.023	721	71.261	128.194	395.199	13.754
Depreciação e amortização	-	407.317	-	7	23.567	430.891	14.745
Arrendamento e alugueis	-	-	-	-	-	-	367
Seguros	-	-	-	-	-	-	725
Tributos	-	-	-	-	-	-	73
Provisão (reversão) p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	(48.406)	-	(48.406)	14.297
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	4.554	-	3.950	(28.572)	(20.068)	-
Custo de construção	-	-	525.668	-	-	525.668	-
Outras	-	7.361	1.478	37.249	124.512	170.600	56
	2.466.919	873.907	528.041	88.029	389.649	4.346.545	51.505

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (3)	Energia elétrica comprada p/revenda
	2014	11/04/2014 a 31/12/2014
Energia de Itaipu – Binacional	2.048.992	284.868
Energia de leilão	4.260.194	914.717
Energia bilateral	4.511.994	917.047
Cotas de Angra REN 530/12 (1)	432.018	67.996
Energia de curto prazo - CCEE	595.475	577.139
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	2.044.690	63.764
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	281.785	79.925
Ressarcimento pela exposição térmica (2)	-	(327.443)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(249.285)
Total	14.175.148	2.328.728

(1) Contempla valor da REN 1585/2013.

(2) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(3) Não auditado pelos auditores independentes.

Para os meses de abril a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	EMT	ETO	SEM	EDEVP	CAIUÁ	EEB	CNEE	Total
Abril	Despacho nº 1.696 de 2 de junho de 2014	-	4.852	8.038	5.481	6.816	6.223	5.851	37.261
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	-	390	-	-	780	3.847	1.431	6.448
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-	6.801	-	-	-	1.780	477	9.058
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-	12.797	-	-	-	3.574	-	16.371
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	10.528	23.463	-	-	-	2.619	2.130	38.740
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	80.681	33.098	-	-	-	5.687	3.060	122.526
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	42.490	23.750	18.681	-	4.659	3.473	3.986	97.039
		133.699	105.151	26.719	5.481	12.255	27.203	16.935	327.443

Os valores referentes aos Despachos de abril a outubro de 2014, já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas Financeiras				
Recuperação Judicial				
Descontos obtidos credores - Opção "C"	1.423.186	-	1.874.976	-
Reversão de provisão de ajuste a valor presente - Perpétuo	(674.278)	-	(674.278)	-
Provisão de ajuste a valor presente - credores opção "A"	405.453	-	493.680	-
Provisão de recomposição de saldos da Rec. Judicial	-	-	3.629	-
	<u>1.154.361</u>	<u>-</u>	<u>1.698.007</u>	<u>-</u>
Outras receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	2.133	180	78.542	841
Acréscimo moratório sobre contas de energia	-	-	71.930	-
Variação monetária e cambial	81.094	287.837	81.094	287.837
Atualização do contas a receber concessão	-	-	19.284	-
Atualização dos contratos de mutuo	86.926	1	109.314	926
Outras receitas financeiras	141.307	4.924	184.648	6.267
	<u>311.460</u>	<u>292.942</u>	<u>544.812</u>	<u>295.871</u>
Total receitas financeiras	1.465.821	292.942	2.242.819	295.871
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(14.252)	(74.519)	(200.472)	(74.534)
Variação monetária e cambial	(82.760)	(272.731)	(183.017)	(272.731)
Marcação a mercado	(23.536)	-	(23.536)	-
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	3.445	-
Atualização dos contratos de mutuo	(142.952)	(141)	(144.447)	(15.735)
Ajuste a valor presente	(75.722)	-	(163.974)	-
Despesas com IOF	(3.573)	-	(13.300)	(233)
Redução de multa e juros -Parcelamento Lei 11941/2009	-	-	(37.249)	-
Juros/multa	(4.158)	(94)	(32.995)	(1.602)
Outras despesas financeiras	(70.269)	(241)	(42.133)	(57.270)
Total despesas financeiras	(417.222)	(347.726)	(837.678)	(422.105)

34 Outros resultados

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas:				
Ganhos na alienação/desativação	-	-	9.837	-
Ajuste a valor justo-investimentos avaliados a custo	268.570	-	456.180	-
Outros	<u>3.595</u>	<u>9.406</u>	<u>10.695</u>	<u>9.421</u>
	<u>272.165</u>	<u>9.406</u>	<u>476.712</u>	<u>9.421</u>
Outras despesas:				
Perdas na alienação/desativação:		-	(28.003)	-
Outros	-	192	(16.888)	5.657
	<u>-</u>	<u>192</u>	<u>(44.891)</u>	<u>5.657</u>
Total	272.165	9.214	431.821	3.764

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária	Consolidado
			2014
Riscos operacionais	23/10/2015	36.051	1.101
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	30.000	2.946
		Até	
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2015	360.000/veículo	714
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	15/10/2015	850	1
Aeronáutico - casco/LUC	15/10/2015	170.537	67
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	59.383	741
Compreensivo Empresarial	26/09/2015	620	5
Transportes	01/10/2015	2.000/transporte	173
			5.748

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

36 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$34.954 (R\$35.635 em 2013), referente a equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 e 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$5.667 (R\$6.319 em 2013) no consolidado, como despesa de depreciação e de R\$2.506 no consolidado como despesa financeira.

37 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	5.072	5.072	3.907	3.907
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	51	51	-	-
Títulos de créditos a receber	845	845	6.925	6.925
Créditos com partes relacionadas	110.397	110.397	504.295	504.295
Passivos				
Fornecedores	262	262	155	155
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	127.293	127.293	1.521.210	1.521.210
Débitos com partes relacionadas	700.842	700.842	579.055	579.055

Consolidado				
	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	356.595	356.595	52.358	52.358
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	973.554	973.554	-	-
Clientes, consumidores e concessionárias	1.090.095	1.090.095	7.521	7.521
Títulos de créditos a receber	24.568	24.568	-	-
Contas a receber da concessão	2.065.088	2.065.088	-	-
Ativos regulatórios	594.749	594.749	-	-
Créditos com partes relacionadas	226.444	226.444	526.339	526.339

	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	1.019.533	1.019.533	644.281	644.281
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2.708.127	2.708.127	1.860.799	1.860.799
Passivos regulatórios	428.549	428.549	-	-
Débitos com partes relacionadas	562.879	562.879	640.943	640.943
Parcelamento de impostos	108.307	108.307	5.238	5.238
Parcelamento de encargos setoriais	472.187	472.187	347	347

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativo regulatório e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses a 1ª emissão de debêntures (ETO), a 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses a 4ª emissão de debêntures da controladora a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	2014	2013
Dívida (a)	2.708.127	1.860.799
Partes Relacionadas (c)	546.793	-
Caixa e equivalentes de caixa	(356.595)	(52.358)
Dívida Líquida	2.898.325	1.808.441
Patrimônio líquido (b)	(1.956.414)	(659.748)
Índice de endividamento líquido	1,48	2,74

- (a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 23 e nº 24.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.
- (c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 15.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		262	-	-	-	-	262
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	75.787	3.647	10.852	9.086	2.097.741	2.197.113
Total		76.049	3.647	10.852	9.086	2.097.741	2.197.375

Consolidado							
Fornecedores		677.034	-	-	-	869.504	1.546.538
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	8,33%	363.221	212.994	1.169.058	899.202	3.656.296	6.300.771
Total		1.040.255	212.994	1.169.058	899.202	4.525.800	7.847.309

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeira é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	5.072	3.907	356.595	52.358
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	51	-	973.554	-
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	1.090.095	7.521
Títulos de créditos a receber e outros	845	6.925	33.702	9.134
Contas a receber da concessão	-	-	2.065.088	-
Ativos regulatórios	-	-	594.749	-

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 17 e 13.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 23, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 13,39% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,6562/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2014, de R\$2.716.168, R\$184.281 estão representados em dólares pela emissão internacional de:

- (i) US\$ 8,8 milhões (US\$ 9,7 milhões de principal) de empréstimo captado pela EMT junto ao Bank of America Merrill Lynch e
- (ii) US\$ 17,1 milhões (US\$ 17,1 milhões de principal) de empréstimo captado pela Bragantina junto ao Bank ABC Brasil.
- (iii) US\$ 13,89 milhões (US\$ 13,9 milhões de principal) referente ao leasing de aeronave na EMT;
- (iv) US\$ 24,5 milhões (US\$ 24,5 milhões de principal) referente a confissão e repactuação de dívida

- (v) (Itaipu) na Bragantina;
 US\$ 25,9 milhões (US\$ 25,6 milhões de principal) de empréstimo captado pela Caiuá junto ao Banco Itaú BBA;
- (vi) US\$ 3,9 milhões (US\$ 3,7 milhões de principal) de empréstimo captado pela Bragantina junto ao Banco Itaú BBA.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de longo prazo (último vencimento em 04 de maio de 2017) e custo máximo de US\$ mais 3,50% ao ano.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Divida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
ABC Brasil x Bragantina				
P. Ativa		VC + 3,50%		
P. Passiva	17.094	CDI + 2,90%	11/10/2015	-
Loan 4131				
Itaú BBA x Bragantina				
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva	3.983	CDI + 2,25%	28/11/2017	-
Loan 4131				
Itaú BBA x Caiuá				
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva	25.893	CDI + 2,25%	28/11/2017	-
Loan 4131				
BAML x EMT				
P. Ativa		Libor + 1,50%		
P. Passiva	8.788	CDI + 1,45%	04/05/2017	-

A controlada EMS possui operações de swap de taxa de juros (taxas préfixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento
SWAP			
EMS x HSBC	31.111		05/09/2016
P. Ativa		CDI + 3,5%	
P. Passiva		132% CDI + (TJLP-6,0%)	

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2014 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo
	2014	2013		2014
Swap de Juros	135.036	-	Posição Ativa	
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	151.280
			Posição Passiva	
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(141.445)
			Posição Total Swap	9.835
Swap Cambial com opções - Merrill Lynch e ABC Brasil	31.111	-	Posição Ativa	
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	32.288
			Posição Passiva	
			Taxa de Juros CDI	(32.139)
			Posição Total Swap Com Opções	149

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 23 e 24 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

(3) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Swap com Opções	-		17.153	(16.378)	(49.910)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	151.280		134.126	167.658	201.190
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(141.445)	Alta US\$	(141.445)	(141.445)	(141.445)
Subtotal	9.835		(7.319)	26.213	59.745
Total Líquido - ganhos (perdas)	-		9.834	9.835	9.835

(4) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras)

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		-	(687)	(1.357)
Swap					
Posição Ativa - Taxa de Juros CDI	32.288		32.288	32.974	33.644
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI + TJLP	(32.139)	Alta da TJLP/IPCA	(32.139)	(33.339)	(34.513)
Subtotal	149		149	(365)	(869)
Total Líquido - ganhos (perdas)	-		149	(1.052)	(2.226)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 12,5%, TJLP = 5% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.369.320	Alta CDI	171.165	213.956	256.747
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.518.943)	Alta CDI	(189.868)	(237.335)	(284.802)
	(203)	Alta TJLP	(10)	(13)	(15)
	(4.026)	Alta IPCA	(272)	(340)	(408)
Subtotal (2)	(1.523.172)		(190.150)	(237.688)	(285.225)
Total - perdas (2)	(153.852)		(18.985)	(23.732)	(28.478)

- (1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano.
- (2) Não incluem as demais operações em dólar no valor de R\$184.278 e pre fixadas no valor de R\$1.161.300. Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo notional em reais equivale a R\$135.036. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em (R\$14.854) no Cenário provável, (R\$18.568) no Cenário II e (R\$22.281) no Cenário III.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Ativos					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	51	-	973.554	
Clientes e Consumidores	2	-	-	1.090.095	7.521
Contas a receber da concessão	3	-	-	2.065.088	
Ativos regulatórios	3	-	-	594.749	

38 Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$8.575.

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a) Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01/01/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01/01/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b) Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. - em "Recuperação Judicial" e as empresas do grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c) Plano de Benefício -OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2014 foi de R\$243 (R\$246 em 2013).

Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31/12/2014

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2014, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

a) Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano		Avaliação atuarial 2014	Avaliação atuarial 2013
01	Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,05% - todos os planos	6,35% - todos os planos
02	Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	11,88% - todos os planos	11,14% - todos os planos
03	Taxa de crescimento salarial futura real	2,11%	2%
04	Taxa de crescimento real dos benefícios		
	Da Previdência Social	-	-
	Do Plano	-	-
05	Taxa de inflação	5,50%	4,50%
06	Fator de capacidade		
	Dos Salários	1,00	1,00
	Dos Benefícios	1,00	1,00
07	Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 - MALE
08	Tábua de mortalidade de inválidos	MI85, N/A para Cemat OP	IBGE 2011, ambos os sexos
09	Tábua de entrada em invalidez	Light média, N/A para Cemat OP	Nula
10	Tábua de rotatividade	0%	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo a deliberação CVM 695/2012.

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como "remensurações" em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	EMT	EMS	ETO	CAIUA	CNEE	CFLO	EBB	EDEVP	Total - 2014
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Valor presente da obrigação de benefício definido									
Saldo no início do exercício - 2013	178.513	87.577	14.000	10.979	13.524	5.396	22.118	10.581	342.688
Custo do serviço corrente	23	-	2	30	20	-	-	18	93
Custo do serviço passado	(44.610)	-	-	-	-	-	-	-	(44.610)
Custo dos juros	19.879	9.752	1.558	1.223	1.571	601	2.463	1.178	38.225
Benefícios pagos	(2.985)	(7.453)	(535)	(638)	(1.067)	(401)	(586)	(867)	(14.532)
Ganhos/Perdas atuariais	8.136	9.146	(3.002)	33	2.952	2	4.990	3.618	25.875
Saldo no final do exercício - 2013	158.956	99.022	12.023	11.627	17.000	5.598	28.985	14.528	347.739
Valor justo dos ativos do plano									
Saldo no início do exercício - 2014	176.779	160.048	11.643	11.400	15.899	4.244	23.734	11.033	414.780
Retorno esperado	19.686	17.823	1.297	1.269	1.770	442	2.643	1.229	46.159
Alteração regulamentar do Plano OP	(38.532)	-	-	-	-	-	-	-	(38.532)
Benefícios pagos	(2.985)	(7.453)	(535)	(638)	(1.067)	(401)	(1.526)	(375)	(14.980)
Ganhos/Perdas atuariais	(6.957)	(33.508)	(950)	(734)	330	774	3.808	2.480	(34.757)
Saldo no final do exercício - 2014	147.991	136.910	11.455	11.297	16.932	5.059	28.659	14.367	372.670
Posição líquida	(10.965)	37.888	(568)	(330)	(68)	(539)	(326)	(161)	24.931
Saldos:									
BD-I	(3.688)	35.484	46	48	98	1	58	26	32.073
OP	(3.143)	2.460	(86)	(217)	(36)	(403)	(291)	(138)	(1.854)
R	(4.134)	(56)	(528)	(161)	(130)	(137)	(93)	(49)	(5.288)
Total	(10.965)	37.888	(568)	(330)	(68)	(539)	(326)	(653)	24.439
Déficit registrado	(10.965)	(56)	(614)	(378)	(166)	(540)	(384)	(161)	(13.264)
Superavit não registrado	-	37.944	46	48	98	1	58	26	38.221
Circulante	1.619	-	241	146	93	125	-	-	2.224
Não circulante	9.346	56	373	232	73	415	384	161	11.040

b) Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2014		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	27,35%	33,14%	46,95%
Créditos privados e depósitos	43,75%	37,85%	20,70%
Ações	0,42%	0,39%	0,39%
Fundos de investimento	27,27%	24,18%	30,73%
Empréstimos e financiamentos	1,17%	4,40%	1,18%
Outros	0,04%	0,04%	0,05%
Total	100%	100%	100%

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano

desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$13.752, no consolidado.

39 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2015 a 2046	161.759	144.358	149.659	150.841	158.078	2.126.908
Energisa Mato Grosso	2015 a 2046	1.342.817	1.306.960	1.331.030	1.452.421	1.554.732	18.869.588
Energisa Tocantins	2015 a 2046	306.800	319.993	309.095	307.928	423.356	6.637.751
Energisa Mato Grosso do Sul	2015 a 2046	658.593	542.385	543.554	562.947	612.846	8.957.455
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2015 a 2046	73.485	53.834	50.909	38.949	38.600	571.244
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2015 a 2046	99.107	91.878	98.151	99.899	121.198	1.833.173
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2015 a 2046	134.652	120.530	120.181	120.197	123.932	1.985.085
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2015 a 2026	61.659	63.495	65.432	67.486	69.578	551.302
		<u>2.838.872</u>	<u>2.643.433</u>	<u>2.668.011</u>	<u>2.800.668</u>	<u>3.102.320</u>	<u>41.532.506</u>

40 Concessão do serviço público de energia elétrica - consolidada

Distribuição:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
EDEVP	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos	07/07/2015

Geração:

Empresas	Data da autorização	Data Publicação	Prazo da autorização	Vencimento
EMT - concessão de usinas termelétricas	10/12/1997	11/12/1997	30 anos	10/12/2027
Tangará	15/08/2000	07/07/1995	30 anos	07/07/2025

41 Ativos e passivos disponíveis para venda

A controladora Energisa concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação. A negociação envolveu a alienação da usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW) de propriedade da controlada Tangará Energia.

A negociação ainda está sujeita ao cumprimento ou renúncia de determinadas condições precedentes usuais para operações de compra e venda de ativos, destacando - se a necessidade de anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para os empreendimentos hídricos, aprovação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, já ocorrida em 11 de dezembro de 2014, disponibilizar balanço especial que servirá como base para a definição do preço de compra, obtenção dos consentimentos de todos os beneficiários das garantias junto as instituições financeiras, transferência das propriedades nas quais estão localizadas a Usina, entrega de certidões atualizadas emitidas em nome da Companhia alienada e rescisão dos contratos de natureza ambiental.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, na data base de 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

A Rede Energia, integralizou em dezembro de 2014, no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594.

A transferências dos ativos destinados a alienação aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado foi consumada em dezembro de 2014 tendo sido apurado ganho de capital de R\$299.679 que em atendimento ao CPC 30 e em face de ainda não terem sido satisfeitos todos os critérios que possibilite o reconhecimento do ganho apurado na alienação dos ativos a Companhia não reconheceu os valores em sua demonstração de resultado e espera concluir a negociação até o final do 1º trimestre de 2015.

Ativos e passivos reclassificados para disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2014:

Ativos e passivos disponíveis para venda	Controladora 2014	Consolidado 2014
Ativo		
Ativo circulante		
. Caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-	54.610
. Clientes	-	9.555
. Outros	-	6.867
Total do ativo circulante	-	71.032
Ativo não circulante		1.090
. Imobilizado/Intangível	-	178.715
Total do ativo não circulante	-	179.805
Total dos ativos disponíveis para venda	-	250.837
Passivo		
Passivo circulante		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	236.338
. Provisão para perda com investimento	130.639	19.973
Total do passivo circulante	130.639	256.311
Passivo não circulante		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	120.000
. Impostos a recolher	-	12.714
. Outros	-	77.829
Total do passivo não circulante	-	210.543
Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda	130.639	466.854

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora 2014	Consolidado 2014
Receita líquida		6.935
(-) Custo com energia elétrica		15.617
(-) Custo de operação		(12.706)
Lucro operacional bruto	-	9.846
(-) Despesas operacionais		(972)
Resultado do serviço	-	8.874
Receitas financeiras		18.194
Despesas financeiras		(148.460)
Equivalência patrimonial	(129.505)	-
Outros resultados operacionais	-	2
Prejuízo antes do IRPJ e CSL	(129.505)	(121.390)
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	(8.115)
Lucro de operação descontinuada	(129.505)	(129.505)

Para fins de comparabilidade, esta sendo reapresentado a demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidados, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Segue quadro comparativo das demonstrações financeiras reapresentadas:

Resultado consolidado	Controladora			Consolidado		
	2013 publicado	Reclassificação	2013 ajustado	2013 publicado	Reclassificação	2013 ajustado
Receita operacional líquida	-	-	-	99.723	(86.317)	13.406
Custo do serviço de energia elétrica	-	-	-	(31.397)	31.397	-
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	-	-	-	(27.430)	14.379	(13.051)
Lucro bruto	-	-	-	40.896	(40.541)	355
Despesas com vendas	-	-	-	(14.297)	-	(14.297)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.093)	(13.911)	(24.004)	(11.152)	(13.005)	(24.157)
Outras Receitas Operacionais	9.406	-	9.406	9.454	(33)	9.421
Outras Despesas Operacionais	-	(192)	(192)	(7.322)	1.665	(5.657)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(86.038)	(4.976)	(91.014)	-	-	-
Amortização de ágio	(14.104)	14.104	-	(14.104)	14.104	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, ágio e impostos	(100.829)	(4.975)	(105.804)	3.475	(37.810)	(34.335)
Receitas Financeiras	292.942	-	292.942	296.948	(1.077)	295.871
Despesas Financeiras	(347.726)	-	(347.726)	(453.491)	31.386	(422.105)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(54.784)	-	(54.784)	(156.543)	30.309	(126.234)
Lucro antes dos impostos	(155.613)	(4.975)	(160.588)	(153.068)	(7.501)	(160.569)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(787)	-	(787)	(3.334)	2.123	(1.211)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	27.571	-	27.571	26.884	403	27.287
Resultado líquido das Operações Continuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido das Operações Descontinuadas	-	4.975	4.975	-	4.975	4.975
Lucro líquido do exercício	(128.829)	-	(128.829)	(129.518)	-	(129.518)
. Atribuído a acionistas da controladora	(128.829)	-	(128.829)	(128.829)	-	(128.829)
. Atribuído a acionistas da controladora	-	-	-	(689)	-	(689)
Lucro por ação	-0,3020	-	0,9914	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
Lucro por ação originado das operações em descontinuidade						

Demonstração do Valor Adicionado	Controladora		
	Divulgado 2013	Ajustes -Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Receitas	9.406	-	9.406
. Outras Receitas	9.406	-	9.406
Retenções	-	14.104	14.104
. Depreciação, Amortização e Exaustão	-	14.104	14.104
Valor Adicionado Líquido Produzido	(278)	(14.104)	(14.382)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	192.800	9.128	201.928
. Resultado de Equivalência Patrimonial	(86.038)	(4.976)	(91.014)
Valor Adicionado Total a Distribuir	192.521	(4.975)	187.546
Distribuição do Valor Adicionado	192.521	(4.975)	187.546
Remuneração de Capitais Próprios	(128.829)	-	(128.829)
. Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(128.829)	-	(128.829)
Outros	-	(4.975)	(4.975)
. Operações descontinuadas	-	(4.975)	(4.975)

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado		
	Divulgado 2013	Ajustes -Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Receitas	98.585	(96.155)	2.430
. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	111.273	(94.316)	16.957
. Outras Receitas	1.608	(1.839)	(231)
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação incobráveis	(14.296)	-	(14.296)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(49.471)	37.937	(11.534)
. Custos Produtos Merc. e Serv. Vendidos	(31.397)	31.397	-
. Materiais, Energia, Serv. de Terc. e Outros	33.047	4.248	37.295
. Outras	(51.121)	2.292	(48.829)
Valor Adicionado Bruto	49.114	(58.218)	(9.104)
Retenção	(21.311)	6.559	(14.752)
. Depreciação, Amortização e Exaustão	(21.311)	6.559	(14.752)
Valor Adicionado Líquido Produzido	27.803	(51.659)	(23.856)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	297.775	(1.902)	295.873
. Receita Financeira	297.775	(1.902)	295.873
Valor Adicionado Total a Distribuir	325.578	(53.561)	272.017
Distribuição do Valor Adicionado	325.578	(53.561)	272.017
Pessoal	10.002	(3.680)	6.322
. Remuneração Direta	7.002	(3.293)	3.709
. Benefícios	2.207	(119)	2.088
. FGTS	793	(268)	525
Impostos, Taxas e Contribuições	(9.667)	(12.364)	(22.031)
. Federais	(10.524)	(12.364)	(22.888)
. Estaduais	63	-	63
. Municipais	794	-	794
Remuneração de Capitais de Terceiros	454.761	(32.542)	422.219
. Juros	454.062	(32.210)	421.852
. Aluguéis	699	(332)	367
Remuneração de Capitais Próprios	(129.518)	-	(129.518)
. Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(128.829)	-	(128.829)
. Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	(689)	-	(689)
Outros		(4.975)	(4.975)
. Operações descontinuadas		(4.975)	(4.975)

Demonstração dos fluxos de caixa Controladora	Divulgado 2013	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(119)	-	(119)
Prejuízo antes dos impostos	(155.613)	(4.975)	(160.588)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais - Líquidas	58.550	1	58.551
Equivalência patrimonial	(86.038)	(4.976)	(91.014)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-	-	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(1.241)	-	(1.241)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(1.360)	-	(1.360)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.267	-	5.267
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.907	-	3.907
Variação Líquida do caixa	(1.360)	-	(1.360)

Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado	Divulgado 2013	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Caixa Líquido Atividades Operacionais	61.372	-	61.372
Lucro antes dos impostos	(153.068)	(7.501)	(160.569)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(758)	-	(758)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(30.850)	-	(30.850)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.764	-	29.764
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.594	-	22.594
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.358	-	52.358
Variação Líquida do caixa	29.764	-	29.764

42 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2014	2013
Retomada de controle - Valor justo das distribuidoras		
Caixa e equivalentes de caixa	80.093	-
Aplicação no Mercado Aberto	149.728	-
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	838.153	-
Impostos a Recuperar	234.883	-
Títulos de créditos a receber	201.491	-
Estoques	20.781	-
Cauções e Depósitos Vinculados	96.167	-
Outros créditos	678.922	-
Créditos com partes relacionadas	660.736	-
Impostos Diferidos	641.862	-
Contas a receber da Concessão	2.061.340	-
Intangível e ativo intangível (PPA)	5.078.430	-
Fornecedores	1.229.594	-
Salários a pagar	13.474	-
Empréstimos e Financiamentos	1.821.299	-
Debentures	272.102	-
Tributos e Contribuições	1.081.362	-
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	561.867	-
Parcelamento de impostos	607.054	-
Contribuição Social Diferida	41.320	-
Empresas controladas e coligadas	172.303	-
Outros passivos	1.485.903	-
Investimentos descontinuados		
Caixa e equivalente de caixa	22.476	-
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.134	-
Clientes	9.555	-
Impostos a recuperar	4.517	-
Outros créditos	2.646	-
Tributos a recuperar	794	-
Imobilizado	176.067	-
Intangível	1.035	-
Fornecedores	11.237	-
Empréstimo e financiamento	231.166	-
Debêntures	125.172	-
Tributos e contribuições sociais	1.109	-
Outras contas a pagar	13.760	-
IRPJ e CSSL diferidos	12.714	-
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	177.598	-
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	8.207	-
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	424.683

43 Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Alteração da denominação social

Em 02 de fevereiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a alteração da razão social das controladas Centrais Elétricas Matogrossenses S/A para Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A., Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins para Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A para Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A.

c. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Tocantins	4,5

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.